



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CAMPUS CAXIAS
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE CAXIAS – CESC
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E FILOSOFIA
CURSO CIÊNCIAS SOCIAIS – LICENCIATURA

KESSYANE CASTRO SANTOS

**ENSINO DE SOCIOLOGIA: ANÁLISE DOS CONTEÚDOS DE MOVIMENTOS
SOCIAIS NOS LIVROS DIDÁTICOS APROVADOS NO PNLD/2021**

CAXIAS – MA
2023

KESSYANE CASTRO SANTOS

**ENSINO DE SOCIOLOGIA: ANÁLISE DOS CONTEÚDOS DE MOVIMENTOS
SOCIAIS NOS LIVROS DIDÁTICOS APROVADOS NO PNLD/2021**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a Me. Bruna Karine Nelson Mesquita

CAXIAS – MA
2023

S237e Santos, Kessyane Castro

Ensino de sociologia: análise dos conteúdos de movimentos sociais nos livros didáticos aprovados no PNLD/2021 / Kessyane Castro Santos. __Caxias: Campus Caxias, 2023.

61f.

Orientador: Prof.^a. Ma. Bruna Karine Nelson Mesquita.

Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Maranhão – Campus Caxias, Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Sociologia - Ensino. 2. Livro didático. 3. Movimentos sociais. I. Título.

CDU 316

KESSYANE CASTRO SANTOS

**ENSINO DE SOCIOLOGIA: ANÁLISE DOS CONTEÚDOS DE MOVIMENTOS
SOCIAIS NOS LIVROS DIDÁTICOS APROVADOS NO PNLD/2021**

Monografia apresentada ao curso de Ciências
Socias Licenciatura da Universidade Estadual do
Maranhão – UEMA, como requisito para obtenção
de grau de Licenciatura em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a. Me. Bruna Karine Nelson
Mesquita

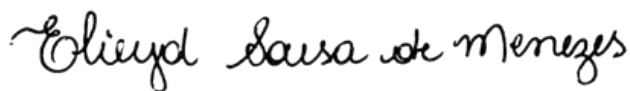
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a. Me. Bruna Karine Nelson Mesquita
MESTRA EM SOCIOLOGIA
(Orientadora – UEMA Campus Caxias)



Prof.^a. Me. Gleiciane Brandão Carvalho
MESTRA EM HISTÓRIA, ENSINO E NARRATIVAS
(Avaliador – UEMA Campus Caxias)



Prof.^a. Dr.^a. Elieyd Sousa de Menezes
DOUTORA EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
(Avaliador – UEMA Campus Caxias)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me concedido forças e coragem durante minha trajetória na graduação.

Agradeço aos meus pais, Maria Cesarina Castro Santos e Benedito Oliveira do Santos por estarem comigo durante esse tempo, mesmo diante das dificuldades sempre deram total apoio aos meus estudos, e também aos meus irmãos e irmãs pelo apoio, amo todos vocês.

Agradeço ao programa de assistência estudantil da UEMA que durante esses quatro anos me ofereceram subsídios necessários para a minha permanência na universidade, certamente sem os auxílios oferecidos eu não teria conseguido chegar até aqui.

Agradeço aos incríveis professores e professoras que tive o prazer de conhecer, professores esses que me inspiraram a querer continuar, gratidão por tanta dedicação na sala de aula, o conhecimento adquirido através de vocês jamais será esquecido.

Agradeço à minha orientadora Bruna Karine de Nelson Mesquita por ter contribuído de forma significativa no desenvolvimento desta monografia, a sua presença foi muito valiosa, obrigada pelo apoio.

Agradeço aos meus colegas de sala de aula, os quatro sobreviventes até aqui: Geiza, Isabelle, Ronald e João, todos os momentos com foram incríveis, eu jamais esquecerei deles, até mesmo os momentos de desespero, mas seguimos firmes na luta e chegamos até aqui, vocês são demais, obrigada por tudo.

Agradeço aos colegas que iniciaram essa trajetória acadêmica, mas por algum motivo tomaram rumos diferentes, mas que muito contribuíram, em especial a Jéssica, Kaline, Eva, Handreyna e Thiago, continuem a nadar pessoal, força e coragem.

Agradeço ao meu girassol, Miller da Silva Luz por está comigo desde o início me apoiando em todos os momentos que precisei, a sua presença e apoio fez total diferença nesse caminhar e contribuíram para que eu pudesse alcançar o meu melhor, gratidão por tudo!

E por fim, não menos importante agradeço ao meu eu do passado por ter se dedicado por todo esse tempo mesmo diante de algumas dificuldades, em nenhum momento pensou em desistir, pois sabia aonde poderia chegar, todo conhecimento adquirido contribuiu para que eu pudesse me tornar o que sou hoje.

RESUMO

O trabalho aqui exposto traz como abordagem a análise de como o conteúdo de movimentos sociais aparece nos livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas aprovados no Plano Nacional do Livro e Material Didático (PNLD-2021). Torna-se relevante compreender a atuação dos movimentos sociais nos livros didáticos, uma vez que os livros são significativos no campo educacional no qual atuam como instrumento metodológico de informação no processo de ensino e aprendizagem. Assim, a presença do conteúdo de movimentos nos livros pode fornecer aos estudantes caminhos para uma educação cidadã, construção do pensamento crítico reflexivo, bem como pode instigar ao alunado a sua participação política na sociedade. Desse modo, levantou-se o seguinte problema: Como o conteúdo de movimentos sociais está sendo abordado nos livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas aprovados no PNLD-2021? A pesquisa teve como objetivo compreender como o conteúdo de movimentos sociais está sendo abordado nos livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais aplicadas aprovados no PNLD – 2021, buscando identificar qual o conceito de movimentos sociais que aparece nos livros, entender quais autores são discutidos nos conteúdos e discutir os limites e potencialidades que podem existir nos conteúdos de movimentos sociais. A metodologia utilizada foi a partir do método de análise de conteúdo, por meio de uma abordagem qualitativa, os livros selecionados para análise foram todos que continham capítulos destinados ao tema ou que faziam menção em algum trecho, totalizando oito livros selecionados. A partir dos dados obtidos observou-se que os livros analisados tendem a abordar os movimentos sociais como ações coletivas que exercem transformações sociais e políticas na sociedade, o conteúdo também aparece dentro de outros temas como questões raciais, de trabalho e gênero, dentre os limites encontrados nos livros se nota a ausência de fundamentações teóricas relacionadas ao conteúdo, bem como ausência de alguns movimentos sociais.

Palavras-Chave: Ensino de Sociologia. Livro didático. Movimentos Sociais.

ABSTRACT

The work exposed here brings as an approach the analysis of how the content of social movements is appearing in textbooks of Applied Human and Social Sciences approved in PNLD-2021. It becomes relevant to understand the performance of social movements in textbooks, since books are significant in the educational field in which they act as a methodological instrument of information in the teaching and learning process, so the presence of movement content in books can provide provide students with paths to citizenship education, construction of reflective critical thinking, as well as encouraging students to participate in politics in society. Thus, the following problem arose: How is the content of social movements being addressed in the Human and Social Sciences textbooks approved in the PNLD-2021? The research aimed to understand how the content of social movements is being approached in the didactic books of Applied Human and Social Sciences approved in the National Book and Didactic Material Program (PNLD-2021), seeking to identify the concept of social movements that appear in the books, understand which authors are being discussed within the content and discuss the limits and potential that may exist within the content of social movements. The methodology used was from the content analysis method through a qualitative approach, the books selected for analysis were all that contained chapters dedicated to the theme or that or that made mention in some snippet, in total eight books were selected. Starting from the data obtained, it was observed that the analyzed books tend to address the social movements as collective actions that carry out social transformations and policies in society, the content also appears within other themes such as racial, labor and gender issues, among the limits found in the books it is noted the absence of authors with studies on the subject to explain the content, as well as the absence of some social movements.

Keywords: Teaching of sociology. Social Movements. Textbook.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CESC - Centro de Estudos Superiores de Caxias

CNLD - Comissão Nacional do Livro Didático

DCNEM - Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio

EMC - Educação Moral e Cívica

INL - Instituto Nacional do Livro

LDB - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBTQI+ - Lésbica, Gay, Bissexual, Transgêneros, Queer, Intersexual e +

MEC - Ministério da Educação

MPL - Movimento Passe Livre

MST - Movimentos do Trabalhadores Rurais Sem Terra

OCNEM - Orientações Curriculares Para o Ensino Médio

ONGs - Organizações Não Governamentais

OSPB - Organização Social e Política do Brasil

PCNEM - Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio

PIBIC - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica

PNLD - Programa Nacional do Livro e do Material Didático

UEMA - Universidade Estadual do Maranhão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	TEORIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	13
2.1	Movimentos sociais e educação: uma relação teórica e fundamental.....	18
3	A TRAJETÓRIA DOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA: PRIMEIROS MANUAIS	23
3.1	O livro didático após o retorno da Sociologia nos currículos escolares a partir da década de 1980	27
3.2	O livro didático de Sociologia após o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).....	29
3.3	Os livros didáticos de Sociologia após a Reforma do Novo Ensino Médio.....	31
4	O LIVRO DIDÁTICO COMO FONTE DE PESQUISA: DISCUSSÃO METODOLÓGICA.....	34
5	ANÁLISE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO LIVRO DIDÁTICO	36
5.1	Conhecendo as obras.....	37
5.2	Visão geral sobre a presença do conteúdo.....	39
5.3	Análise do conteúdo.....	40
5.4	Adequação a idade mínima.....	51
5.5	Atividades propostas	51
5.6	Potencialidades e limites	52
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
	REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

O trabalho aqui exposto traz como abordagem a análise de como o conteúdo de movimentos sociais aparece nos livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas aprovados no Plano Nacional do Livro e Material Didático (PNLD-2021). O interesse na pesquisa iniciou-se a partir de alguns momentos durante a minha trajetória acadêmica, sendo o primeiro deles no período da minha participação como bolsista no projeto de iniciação científica (PIBIC) intitulado: Movimentos Sociais em Caxias: História e memória do sindicato dos trabalhadores no serviço público municipal de Caxias-MA (SINTRAP) desde a década de 1990.

As atividades do projeto permitiram a minha aproximação com o tema e refletir sobre a atuação dos movimentos sociais, além de ter sido uma experiência satisfatória para meu desenvolvimento enquanto pesquisadora. Outro momento que considero importante foi a disciplina de movimentos sociais em que foi possível uma melhor compreensão teórica do tema e, por fim, o terceiro momento foi durante os estágios, onde lancei um olhar sobre a sala de aula não somente como docente, mas também como pesquisadora, percebi através dos momentos de observação e regência que o livro didático sempre era utilizado pelo professor, todas as discussões e assuntos abordados tinha como principal fonte o livro didático. Nesse sentido, as atividades realizadas durante a graduação contribuíram para o prosseguimento nas investigações.

Compreender a atuação dos movimentos sociais é refletir a realidade da sociedade, no qual provém de ações coletivas construídas por interesses em mudar ou manter determinada situação na sociedade. Desta forma relacionam-se com a efetivação da cidadania na busca de direitos e deveres, sendo vistos como agentes de transformações sociais, pois em cada momento na história da sociedade os movimentos sociais estiveram presentes. As mudanças sociais ocorreram a partir de mobilizações civis e das lutas coletivas que revelaram em todos os momentos históricos problemas nas estruturas da sociedade.

Nessa perspectiva o interesse em estudar o conteúdo de movimentos nos livros didáticos se reforça mediante a Reforma do Novo Ensino Médio implementada através da Lei nº13.415/2017, que altera a Lei nº 9.394/1996 que estabelecia a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Além disso, o Programa Nacional do Livro e do Material também foi alterado por meio do Decreto nº 9.099/2017, nele os livros didáticos que contemplam o Programa passaram a ser divididos por áreas do conhecimento sendo elas: Matemática, Linguagens, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (BRASIL, 2017).

Desse modo, sentiu-se a necessidade de investigar os movimentos sociais nos novos livros didáticos, uma vez que os estes têm grande importância no processo educacional, servindo como um instrumento metodológico de informação no processo de ensino e aprendizagem, assim a presença do conteúdo de movimentos nos livros podem fornecer aos estudantes caminhos para uma educação cidadã, a construção do pensamento crítico reflexivo, bem como pode instigar ao alunado a sua participação política na sociedade.

Partindo dessa reflexão, mediante o novo cenário de reformas educacionais no contexto do Ensino Médio brasileiro, levantou-se o seguinte problema: Como o conteúdo de movimentos sociais está sendo abordado nos livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais aplicadas aprovados no PNLD-2021?

Partindo dessa premissa, a pesquisa tem como objetivo compreender como o conteúdo de movimentos sociais está sendo abordado nos livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais aplicadas aprovados no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD-2021), buscando identificar qual o conceito de movimentos sociais que aparece nos livros, entender quais autores estão sendo discutidos no conteúdo e discutir os limites e potencialidades que podem existir no conteúdo de movimentos sociais.

A pesquisa se constituiu em uma metodologia de análise de conteúdo a partir de Bardin (1997) por meio de uma abordagem qualitativa em Ciências Sociais, a escolha do método melhor se assemelhou a alcançar os objetivos propostos na pesquisa, visando entender a partir da análise os aspectos dos movimentos sociais enquanto fenômeno social nos livros didáticos. Ressalta-se que o registro e análise dos dados foram realizados de modo descritivo buscando interpretá-los sem nenhum tipo de manipulação (ANDRADE, 2002; ZANELLA, 2011).

Por conseguinte, a pesquisa se organizou em alguns procedimentos, primeiramente houve o levantamento bibliográfico sobre os movimentos sociais e sua relação com a educação, buscou-se leituras sobre a trajetória dos livros didáticos de Sociologia, bem como o levantamento sobre os documentos oficiais que dispõe sobre a Reforma do Novo Ensino Médio: PNLD, editais do programa, portarias emitidas pelo MEC e guias dos livros didáticos. Posteriormente foi realizada a busca dos livros, foi feita uma análise prévia de todos os livros que correspondiam a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas aprovados no PNLD destinados às escolas do ensino médio. A partir desse levantamento bibliográfico foram selecionados para análise todos os livros que continham algum capítulo ou unidade que levantasse o debate sobre movimentos sociais, totalizando oito livros selecionados. A partir da seleção dos materiais, a análise foi sistematizada em alguns critérios para a compreensão do conteúdo, tais como: a presença do conteúdo, o conceito e definições apontados,

fundamentações teóricas levantadas, a caracterização dos movimentos sociais, as atividades propostas e adequação a idade mínima. Por meio da organização dos critérios foram desenvolvidas categorias específicas que elucidam os conteúdos de movimentos sociais discutidos nos livros didáticos.

O trabalho se divide em quatro capítulos, o primeiro capítulo se organiza a partir da teorização dos movimentos sociais, no qual é contextualizado a temática, pontuando sua conceituação, como se caracterizam, o contexto em que nascem os movimentos na sociedade e os atores sociais envolvidos. Por conseguinte, é discutida a relação dos movimentos sociais com o processo de ensino e aprendizagem.

No segundo capítulo é abordada a trajetória dos livros didáticos de Sociologia, sendo uma discussão importante para a compreensão de como os livros didáticos foram significativos para a institucionalização da Sociologia no currículo do Ensino Médio. Contextualiza-se sobre os primeiros manuais, a presença da Sociologia pela primeira vez no PNLD, bem como os livros da disciplina no contexto atual após a Reforma do Novo Ensino Médio.

Aponta-se o percurso metodológico da pesquisa e os caminhos traçados para a realização da análise e, por fim, o quarto e último capítulo, onde se configura na análise da temática de movimentos sociais nos livros, no qual será visto primeiramente as obras de modo geral, número de páginas, autores, capítulos presentes e, posteriormente, a análise do conteúdo proposto.

Por fim conclui-se o trabalho nas considerações finais, momento que são discutidas as principais abordagens de como está aparecendo os movimentos sociais, suas configurações e teorizações discutidas nos materiais analisados, desse modo a monografia teve por intenção refletir a importância dos movimentos sociais no ensino de Sociologia.

2TEORIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Compreende-se por movimentos sociais ações coletivas compostas por atores sociais movidos em querer mudar ou manter determinada situação na sociedade, nesse sentido os movimentos sociais relacionam-se com a efetivação da cidadania na busca de direitos e deveres, bem como podem ser vistos como agentes de transformações sociais (GOHN, 2000, p.13).

Nesse sentido, os movimentos sociais têm características sociopolíticas, constituídos por grupos de sujeitos advindos de diferentes posições econômicas e sociais, os quais reivindicam e criam campos de disputa e debates na sociedade através de suas ações (GOHN, 2000).

As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. (GOHN, 2000, p.13)

A autora reitera que os movimentos sociais contribuem para gerar transformações, seja nas camadas públicas ou privadas, no sentido de que a participação nas lutas sociais colabora em mudar as estruturas da sociedade, assim como no seu desenvolvimento político. Diante disso os movimentos sociais ocorrem a partir dos processos históricos, uma vez que os eles apresentam características reacionárias, a partir das necessidades que possam surgir se transformando em formas de reivindicações e ações coletivas, essas características são ações para concepção dos movimentos sociais (GOHN, 2000, p.14).

Os autores Gorczewski e Martin (2011) definem movimentos sociais como uma interação informal entre os indivíduos, grupos e associações que expressam suas reivindicações a sociedade civil, que buscam mudanças na esfera social por meio de uma identidade coletiva, no tocante ao fato de que os movimentos sociais geram mudanças em toda sociedade e não somente a um grupo individual.

Além de serem ações coletivas, os movimentos sociais também estão embasados na solidariedade¹ e também no desenvolvimento de conflitos. Conforme os estudos de Melucci (1989) essas características concedem a separação dos movimentos sociais com outros fenômenos coletivos que envolvam atos de delinquência ou reivindicações, uma vez que tais atos podem ser confundidos com a ação dos movimentos sociais.

¹ O termo solidariedade aqui empregado conforme Melucci (1989) está relacionado à identidade coletiva que os atores sociais compartilham por meio da ação coletiva.

Em seus estudos Jensen (2014) esclarece que um movimento social só existe a partir de um grupo social, de maneira que, quando um grupo é movido pelos mesmos interesses cria-se um movimento social, não obstante, o autor reitera que nem sempre um grupo irá produzir um movimento, no sentido de que só será possível a criação de um movimento social no momento em que os sujeitos partícipes do grupo tenham reconhecimento da sua realidade, assim quando não há consciência de certas situações que possam provocar indignações ao grupo como, por exemplo, situações de preconceito, de injustiças entre outras, não há o nascimento do movimento social.

Partindo desse ponto de vista compreende-se que é necessário a manifestação de uma identidade e consciência coletiva por partes dos atores sociais, bem como a ideia de pertencimento, diante disso podemos considerar o pensamento de Teles (2017):

Um indivíduo de um determinado grupo social, estando isolado e sem a consciência e se organizando com outros indivíduos do mesmo grupo social, não se mobilizando a partir de sua situação/insatisfação social de forma coletiva ou compartilhada, não engendra um movimento social. Nesse sentido, o senso de pertencimento significa o reconhecimento de que a insatisfação social não é um problema do indivíduo ou resolvida individualmente, mas sim coletivamente, do conjunto dos indivíduos que compõem um grupo social (TELES, 2017, p.74).

Dessa forma, a partir da visão do autor os sujeitos que tenham senso de pertencimento tal como a ideia de consciência coletiva provocam ações e mobilizações a partir de seus anseios, indagações e objetivos, o autor ainda pontua outro elemento para elucidação dos movimentos sociais, que seria a ideia de objetivo na qual ele explica que “significa a finalidade de um determinado movimento social, aquilo que ele quer que seja solucionado. Cada movimento social elenca objetivos específicos que façam sua situação ou insatisfação serem solucionadas.” (TELES, 2017, p.75).

Conforme a visão de Viana (2016) o termo objetivo é um dos subsídios para a caracterização dos movimentos sociais, no qual expõe as razões que ocasionam as mobilizações, já que os objetivos estão ligados a situações que geram indagações ao grupo social, gerando uma transformação situacional².

Além dessas características para a concepção de movimentos sociais, há outra que seria a situação social que provoca a criação do movimento social, sendo necessária para o

² É importante salientar, para que não haja confusão, que transformação situacional não é o mesmo que transformação social, conforme os escritos do autor Viana, transformação situacional relaciona-se com a situação do grupo, é necessária uma consciência para que o grupo que esteja criando o movimento acredite que a transformação situacional ocorre com a transformação social, já a transformação social está relacionada a atos revolucionários que atingem a sociedade como um todo.

entendimento dos movimentos sociais, pois a existência de um grupo social não faz surgir de imediato um movimento. No entanto, ele começa a aparecer no momento que uma situação social específica começa a ser apontada por parte do grupo gerando uma insatisfação social (VIANA, 2016).

Percebe-se que a compreensão dos movimentos sociais é algo complexo e que não ocorre de maneira homogênea, as insatisfações sociais e objetivos que provocam um movimento social não irão ocorrer de modo igualitário, pois são demandas e inquietações específicas de cada grupo social.

Cabe aqui dizer que os movimentos sociais e os objetivos que elucidam estão intrinsecamente relacionados ao contexto histórico de cada sociedade. Percebe-se que anteriormente, mais precisamente até a década de 1970, os movimentos sociais eram vistos como fenômenos de atos radicais e era comum associá-los às lutas de classes contra a sociedade capitalista.

Na concepção de Machado (2007) essas interpretações acerca dos movimentos sociais se dão a partir de teorias marxistas. No entanto, essa visão foi desaparecendo à medida que iam surgindo na sociedade novas organizações coletivas por diferentes causas, denominado novos movimentos sociais, em face disso, podemos destacar aqui o movimento feminista, negro, ambientalista, entre outros presentes na sociedade. Ainda dentro desse âmbito Machado (2007) enfatiza que:

Tais movimentos, a maioria de base urbana, estavam bastante afastados do caráter classista dos movimentos sindical e camponês, atuando, não raras vezes, em cooperação com o sistema econômico e no escopo político das instituições vigentes. A diversificação dos movimentos sociais ocorreu em um processo intimamente ligado ao aprofundamento dos mecanismos e instituições democráticas nas sociedades ocidentais capitalistas. Só não existiam movimentos sociais nas sociedades “sem classes” socialistas, devido à própria repressão que o regime exercia sobre qualquer movimento reivindicativo cuja origem estivesse fora do espaço de controle do governo ou do partido (MACHADO, 2007, p.253).

Perante esse ponto de vista, compreende-se que os novos movimentos sociais estavam buscando um novo modelo de ação política voltada para democracia participativa, sendo realizada em outras esferas da sociedade. Ressalta-se que os novos movimentos contribuíram para a criação de novos modelos de legitimação bem como desenvolveram a política participativa junto com o Estado (CAVALCANTE, 2015; LUCAS, 2006).

Machado (2007) compreende que a legitimidade que os movimentos sociais alcançaram em suas manifestações se deu a partir da fomentação de políticas públicas e políticas cooperativas com base em ações governamentais que nas palavras do autor:

A mudança culminou com o reconhecimento, por parte das legislações nacionais, do status jurídico e político de tais formações sociais. Então, o Estado passou a incorporar, através de arranjos institucionais e políticos, a ação social de organizações originadas na sociedade civil, como é o notório no caso das organizações não-governamentais (MACHADO, 2007, p.255).

Salienta-se que o nascimento dos novos movimentos sociais está relacionado aos regimes militares presentes na América Latina entre as décadas de 1960 a 1980, com o fim de ditaduras, se inicia a sua redemocratização, momento este que os novos movimentos sociais surgem articulados a um novo modelo de participação política na sociedade civil. (GOIRAND, 2009; GOHN, 2014).

Além disso, segundo Vanden (2009) a política neoliberal presente na América Latina na década de 1990 não atendia as necessidades da população, considerando o surgimento de outros modelos de manifestações e organizações políticas que fossem capazes de atender a população. Vanden (2009) disserta que a insatisfação com os grupos políticos e a maneira como a sociedade estava organizada ganhou maiores proporções, no tocante às manifestações não se voltavam apenas para os líderes políticos, mas para a sociedade como um todo.

Dessa maneira, o surgimento dos novos movimentos sociais estava configurado no descontentamento sob as políticas neoliberais recorrentes na América Latina, no que se refere aos “velhos” movimentos sociais continuam se fazendo presente, no entanto foram ajustados a novas ações políticas, sendo assim os movimentos sociais assumem uma nova identidade.

Na perspectiva de Scherer-Warren (1987) os novos movimentos sociais passaram a formar uma identidade baseada em duas características, a primeira seria na base estrutural em que os atores sociais passaram a ter conhecimento do capitalismo exacerbado e suas forças de dominação na sociedade e o segundo motivo seria o cultural relacionado à presença de uma cultura crítica que perdurou sobre os novos movimentos sociais.

Essa nova identidade também está relacionada ao processo de globalização a partir da década de 1990 que acometeu em mudanças políticas, econômicas e culturais, tais mudanças refletiram também nas relações sociais e também na identidade dos atores sociais, conforme Scherer-Warren:

Com o pensamento desconstrutivista dos novos movimentos sociais, admitiu-se a existência de sujeitos com identidades múltiplas (gênero, etnia, nação, etc.) e a transformação social passou a ser concebida a partir de um enfoque que levava em consideração a articulação discursiva de diversos atores coletivos. (SCHERER-WARREN, 2005, p.26).

Desse modo, com o mundo em globalização e o advento de novas tecnologias e da informação, conforme Castells (1999) essas mudanças produziram um novo modelo de sociedade ou que ele chama de sociedade em rede, que se articulou com os movimentos sociais. Essa articulação dos movimentos em rede permitiu que fossem conectados a organizações sociais como ONGs, para que pudessem se expandir em uma escala local, internacional ou transnacional, com isso os movimentos sociais em rede abriram conexões entre os atores sociais, ademais na projeção de valores e identidades coletivas (CAVALCANTE, 2015; SCHERER-WARREN, 2005).

A era global também impulsionou as redes de comunicação e a expansão da internet colaborou para a conexão dos movimentos sociais em rede, com esse modo de articulação percebe-se a criação e divulgação de manifestações em uma grande agilidade por meio das redes sociais, Lobato e Wienke (2014) esclarecem que as notícias nas redes sociais se espalham de maneira rápida para um grande número de pessoas, e com isso os movimentos sociais são organizados e divulgados em grande rapidez. Os autores destacam duas características deste feito, a primeira seria de que há a preservação do anonimato para os participantes do movimento e a segunda é que a articulação das manifestações através das redes sociais permite menos repressão e interferências do Estado.

Conforme Machado (2007) a rapidez na divulgação de informações, e a possibilidade de alcançar um grupo infinito de indivíduos fez que com que a internet se tornasse um caminho de conexão e transmissão dos movimentos sociais, na qual “a rede se converteu em um espaço público fundamental para o fortalecimento das demandas dos atores sociais para ampliar o alcance de suas ações e desenvolver estratégias de luta mais eficazes (MACHADO, 2007, p. 268)”.

Vale ressaltar que embora as redes sociais expressem uma articulação sobre os movimentos sociais em rede, ainda é cedo para afirmar sobre o futuro dos movimentos sociais, todavia o que se percebe é que atuação dos movimentos sociais e a sociedade se transformaram simultaneamente, e com isso novos atores sociais surgiram, novas demandas assim como valores e identidades coletivas, em efeito disso o mundo globalizado e a sociedade da informação abriram caminhos para novas perspectivas e ações dos movimentos sociais.

Diante do exposto é importante destacar que a atuação dos movimentos sociais abrange diferentes espaços na sociedade e um desses espaços é a educação, no sentido de que são atos coletivos que podem promover o aprendizado, essa relação com a educação será vista no item a seguir, onde será identificada a maneira como os movimentos sociais se constituem como campos de conhecimento.

2.1 Movimentos sociais e educação: uma relação teórica e fundamental

Por educação compreende-se o ato de ensinar e aprender capaz de gerar mudanças no sujeito. Conforme Santos (2001), o processo educativo está em constante reflexão e promove o pensamento crítico e criativo no qual visa a transformação do indivíduo e da sociedade, salientando que a educação compõe vários campos tais como: a educação formal, a educação não formal e a educação informal.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação³ (LDB) 9.394/96 a educação é definida:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (LDB, Art.1º).

Percebe-se a partir da lei citada, que o processo educacional não se desenvolve apenas de modo formal nas instituições de ensino, todavia a aprendizagem acontece em vários âmbitos e um deles é nos movimentos sociais. Nesse sentido, conforme o pensamento de Gohn (2011), a educação não está voltada somente nas instituições escolares, mas sim em diferentes espaços que fomentam a aprendizagem, a qual ela denomina educação não formal, em que é promovida a produção de conhecimentos.

Diante dessa abordagem é possível considerar os movimentos sociais e ações coletivas como educativos, pois promovem o aprendizado dos sujeitos e o reconhecimento do meio social em que estão inseridos. Arroyo (2003) também considera os movimentos sociais como educativos, pois mobilizam as lutas sociais, além de garantir aos sujeitos o reconhecimento sobre os direitos básicos que todo cidadão deve exercer, como moradia, saúde, segurança, educação, entre outros.

Além de serem educativos, promovem campos de reflexões e mudanças nas estruturas da sociedade, logo os movimentos sociais agem como fenômenos importantes para a efetivação da cidadania e na promoção da aprendizagem.

De acordo com Dalmagro (2016), os movimentos sociais geram uma pressão na sociedade e no campo educacional, a autora reconhece que eles são educativos pois possibilitam

³ BRASIL, lei nº 9.394. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

transformações na sociedade, mas também são capazes de modificar a educação através das lutas coletivas.

Um exemplo disso é atuação do movimento estudantil durante a ditadura militar no Brasil, mesmo em uma época que pairava a censura e atos de violência a quem demonstrava ser contra ao tipo de regime, o movimento estudantil lutava pela redemocratização do país e por reformas educacionais no ensino superior.

Conforme o pensamento de Andrade:

A história do Movimento Estudantil se expande pelo fato de ser uma das maiores e uma das únicas instituições a conseguir se manter organizada em todo o período da ditadura militar. Primeiro passa por um processo de legalidade antes do golpe de 1964 e a campanha de legalidade, no qual garantiu a posse de Jango, sendo este o papel da UNE nas reformas de Base, onde se teve o início das caravanas dos estudantes, que percorrendo as grandes universidades da época pode ter um debate sobre as reformas que estavam para acontecer, sendo uma dessas reformas a universitária (ANDRADE, 2019, p.8).

Com base nisso e, segundo Santos (2010) os estudantes estavam engajados na democratização do ensino superior, ademais que a universidade exercesse um posicionamento com a sociedade, buscando a inclusão de vários setores, sobretudo a da classe operária, ou seja, o movimento estudantil tinha como proposta uma universidade menos elitista a partir da inclusão das minorias ao acesso do ensino superior.

Se destaca também o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que nasceu na década de 1970 com o objetivo de lutar por terras e por uma reforma agrária no Brasil. Conforme Silva (2019) as ações do movimento são organizadas por setores, tais como: produção, comunicação, educação entre outros, destaca-se aqui o setor educativo do movimento, para o autor esse setor que compõe o MST é responsável por formar “novas maneiras de pensar e agir, construindo sujeitos políticos com outra ética e moral que contestem a sociedade posta (SILVA, 2019, p.65)”.

Na percepção de Nogueira e Santos (2018) a educação proposta pelo MST se caracteriza como uma educação libertadora, na qual propõe aos indivíduos um novo olhar sobre a realidade, ademais se preocupam em formar profissionais com o conhecimento humanizado em que sejam capazes de produzirem uma consciência sobre a realidade social, assim os princípios educativos do movimento social estão caracterizados na luta por territórios e em um novo modelo de sociedade, diante dessa compreensão, na palavras dos autores os movimentos sociais se configuram em:

Uma educação pautada pelos interesses coletivos, construída a partir dos próprios sujeitos que compõem os movimentos, uma educação que busca a autonomia, a

formação política, uma nova relação com a natureza, com o outro, ou seja, uma educação voltada para romper com a ideologia hegemônica, mais um espaço inteiramente interligado aos princípios políticos dos movimentos sociais (NOGUEIRA & SANTOS, 2018, p.65).

Em caso mais recente, se destaca o Movimento Passe Livre (MPL) no qual ocorreu em junho de 2013 iniciado em São Paulo, mas que logo tomou proporções entre outros estados do Brasil, o movimento foi organizado por estudantes, além de lutarem pela diminuição das tarifas nos ônibus coletivos, também levantavam pautas sociais sobre a saúde e educação e a garantia de uma cidadania plena (FERNANDES, 2016, p.160).

Percebe-se que em diferentes momentos a relação dos movimentos sociais com a educação abriram caminhos para melhorias no país e também contribuíram para a efetivação da cidadania, desse modo os movimentos são educativos, pois a partir da sua aglutinação formam espaços de aprendizado entre os sujeitos participantes do movimento.

Além disso, os movimentos sociais estimulam novas perspectivas para uma práxis pedagógica capaz de elucidar o pensamento político e social dos sujeitos cidadãos, assim pontua Arroyo:

Os movimentos sociais trazem para a pedagogia algo mais do que conselhos moralizantes tão do uso das relações entre mestres e alunos. Recolocam a ética na dimensões mais radicais da convivência humana, no destino da riqueza, socialmente produzida, na função social da terra, na denúncia da imoralidade das condições inumanas, na miséria, na exploração, nos assassinatos impunes, no desrespeito à vida, às mulheres, aos negros, na exploração até da infância, no desenraizamento, na pobreza e injustiça... Aí nessas radicalidades da experiência humana os movimentos sociais repõem a ética e a moralidade tão ausentes no pensamento político e social e pedagógico também (ARROYO, 2003, p.42).

Ressalta-se que essa relação dos movimentos sociais com a educação pode ser entendida a partir do processo histórico no qual os indivíduos que fazem parte do movimento tenham uma consciência social sobre o seu meio e passem a refletir sobre a respeito (SILVA e NASCIMENTO, 2018, p.900).

Dentro desse âmbito, Gohn (2011) considera que os movimentos sociais pela educação têm características históricas e sociopolíticas, podendo ocorrer em vários espaços seja dentro ou fora da escola, sendo ações necessárias pois a partir delas há a busca por direitos e formação da cidadania, nisso “o contexto escolar é um importante espaço para participação na educação. A participação na escola gera aprendizado político para a participação na sociedade em geral (GOHN, 2011, p. 347)”.

Com uma linha de pensamento semelhante ao de Gohn, o autor Danilo Streck (2006) versa que a contribuição e relação dos movimentos sociais com a educação, na qual se manifesta

a partir de um novo olhar sobre ela, entendendo que a educação age como um recurso formativo da sociedade, a partir das práticas sociais. Nas palavras do autor:

Ao referir-me à educação como autoformação da sociedade desejo acentuar a necessidade de ter o máximo de consciência e lucidez possível das forças e dos conflitos que alimentam e são alimentados pelos movimentos sociais. Ali estão impulsos que, se incorporados às práticas educativas, podem ajudá-las a encontrar o seu lugar na sociedade ao lado das forças que buscam construir e ampliar a cidadania e as possibilidades de vida (STRECK, 2006, p.104).

Assim sendo, a educação exerce um papel formador da sociedade e dos sujeitos nela presentes, no sentido de que as instituições educacionais se constituem como espaços civis, podendo ser ambientes formadores de cidadãos atuantes nas ações coletivas, assim tendo uma maior relação entre a escola e sociedade civil (GOHN, 2016, p.17).

Os movimentos sociais além de constituírem espaços de aprendizado, também geram sobre os sujeitos uma consciência sobre o mundo. Segundo Batista (2005) os movimentos populares no Brasil abriram caminhos para uma educação contra uma ordem vigente, na qual estava preocupada com os interesses das camadas populares, diante disso e sobre a visão da autora destacamos que:

Os movimentos sociais evidenciam uma produção de conhecimentos que são gerados sobre a realidade em suas múltiplas determinações, matizados pelos vários prismas dos saberes: científico, do senso comum, ideológico, permeados pelas culturas populares. São saberes construídos socialmente, coletivamente, em que se entrecruzam a riqueza dos conhecimentos, saberes experiências, sentidos das culturas populares, silenciadas, negadas, vividas no cotidiano, nas estratégias de sobrevivência e de trabalho ou reificadas em artefatos e nas tradições, conhecimentos ou crenças populares expressas em provérbios, contos ou canções (BATISTA, 2005, p.6).

Em efeito a troca de experiências e conhecimento sobre a realidade social a produção da identidade coletiva forma em volta dos movimentos práticas educativas, contribuindo assim para uma educação libertadora a partir de Paulo Freire (1983) no qual o autor pensa a educação como liberdade, que visa a transformação do sujeito e da sociedade, assim a educação seria um caminho para libertação e não um instrumento de opressão.

Nesse sentido, podemos relacionar o pensamento de Paulo Freire aos movimentos sociais, uma vez que, para o autor a educação age como transformadora da sociedade, nesse sentido compreendemos que os movimentos sociais são ações sócio-políticas que se aglutinam a partir da conscientização do indivíduo sobre a realidade social, capazes de produzir também fontes de aprendizado, portanto são instrumentos de libertação, pois os sujeitos reconhecem sua situação de oprimido e se engajam nas lutas sociais.

Silva (2006) reforça a educação como uma prática social e o que torna os movimentos sociais como educativos é a identidade coletiva dos atores sociais que partilham dos mesmos objetivos, nas palavras do autor:

A educação é uma prática social que tem o objetivo de contribuir, direta e intencionalmente, no processo de construção histórica das pessoas e, nesse sentido, os movimentos sociais, como as práticas sócio-políticas e culturais constitutivas de sujeitos coletivos, têm uma dimensão educativa, à medida que constroem um repertório de ações coletivas, que demarcam interesses, identidades sociais e coletivas, que visam a realização de seus projetos por uma vida melhor e da humanização do ser humano (SILVA, 2006, p. 62).

Com base no exposto, a relação entre educação e movimentos sociais produz no indivíduo a capacidade de se reconhecerem como sujeitos de sua própria história, além da produção do pensamento crítico, tendo em vista que segundo Oliveira (2011) a educação brasileira está pautada na ideia de uma educação que aborda pensamentos e reflexões que os sujeitos não sejam meros reprodutores das relações e transformações sociais, dessa maneira os movimentos sociais abrem caminhos para uma educação cidadã.

Silva e Nascimento (2018) apontam que a formação cidadã ocorre de maneira coletiva, ainda que os movimentos sociais ocorram em ambientes informais, apesar disso, buscam a formação de sujeitos ativos na sociedade, assim a educação não formal que caracteriza os movimentos sociais produz uma educação cidadã, “na educação não formal, essa educação volta-se para a formação de cidadãos (as) livres, emancipados, portadores de um leque diversificado de direitos, assim como de deveres para com o(s) outro(s) (GOHN, 2014, p.40)”.

Diante desse contexto podemos compreender que os movimentos sociais são fenômenos que ocorrem fora das instituições de ensino formais, sejam elas públicas ou privadas, entretanto, tem forte ligação nos processos educativos, considerando que a ação coletiva se constrói como campo de aprendizado e beneficia a formação de sujeitos políticos ativos na sociedade civil.

No próximo capítulo será vista a trajetória dos livros didáticos de Sociologia, essa discussão torna-se importante para entender como eles tiveram papel importante para a institucionalização da disciplina.

3 A TRAJETÓRIA DOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA: PRIMEIROS MANUAIS

A instauração da Sociologia no Brasil para se tornar uma disciplina da educação básica foi desafiador, no tocante à forte influência da igreja católica na sociedade à favorecia para um pensamento conservador religioso, no qual o mundo era explicado a partir de um conhecimento teológico. Logo havia uma resistência no pensamento racional a partir da Sociologia, no entanto, após a quebra do regime escravocrata o pensamento racional já pairava na sociedade brasileira, dessa maneira há o início das primeiras reflexões a partir do pensamento sociológico (COAN, 2006, p.28).

Por isso, os primeiros passos para sua institucionalização se iniciam a partir de 1882 por meio do jurista Rui Barbosa, no qual movia uma reforma educacional onde as práticas do ensino de Sociologia fossem obrigatórias no ensino secundário ⁴bem como a presença da sociologia nos cursos de Direito (ENGERROFF, 2017, p.30).

Não obstante, as propostas não foram aceitas, mas de acordo com Zanardi (2013) a reforma Benjamin Constant através do Plano Nacional para a Educação em 1991 destinava o ensino obrigatório da Sociologia nas escolas de nível médio, mas a reforma também não foi concretizada.

Nesse contexto, somente com a Reforma Rocha Vaz em 1928 que a Sociologia passou a ser obrigatória nos currículos do ensino secundário e cursos de magistérios, foi incorporada nas escolas normais a partir da 6ª série, a reforma Francisco Campos também foi significativa para a institucionalização da disciplina a partir de 1931, na qual ampliou o ensino para mais escolas bem como o ensino secundário passou a durar sete anos, sendo os primeiros cinco anos destinados ao ensino regular e os outros dois destinados ao ensino complementar. Porém, após a Reforma Capanema em 1942 a Sociologia foi retirada do currículo e seu ensino deixou de ser obrigatório (COAN, 2006, p.46; ZANARDI, 2013, p.90).

De acordo com Feijó (2012) a Reforma Capanema surgiu como uma espécie de oposição a Reforma Francisco Campos, a primeira estava enraizada a um conhecimento conservador baseado na igreja católica e temia a Laicidade do Estado, já a Reforma Francisco Campos estruturou o currículo com maior teor científico, além disso se tinha influência do líder religioso Alceu Amoroso Lima que tinha o intuito de manter o poder da igreja católica sobre a educação.

⁴ O ensino secundário corresponde hoje em dia ao Ensino Médio, o mesmo era dividido entre cursos normais e complementares.

Sobre efeito da Reforma Capanema, o ensino secundário foi dividido em dois momentos, o primeiro ginásial equivalente a quatro anos, correspondendo a formação geral, e o segundo momento com duração de três anos, compreendendo a dois cursos complementares com ensino clássico e científico (FEIJÓ, 2012, p.58).

Diante do cenário a Sociologia é retirada do currículo e seu ensino se torna intermitente, é o que aponta as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCNEM):

A partir de 1942, a presença da Sociologia no ensino secundário – agora denominado especificamente de colegial – começa a se tornar intermitente. Permanece no curso normal, às vezes como Sociologia Geral e quase sempre como Sociologia Educacional, mas no curso “clássico” ou no “científico” praticamente desaparece, visto que aí predominam disciplinas mais voltadas para a natureza dos cursos: Letras ou Ciências Naturais (BRASIL, 2006, p.102).

É nesse contexto de formação da Sociologia que se inicia as primeiras produções de livros didáticos da disciplina no Brasil, os primeiros manuais didáticos de sociologia foram instrumentos importantes para a sua institucionalização conforme aponta Meucci (2000) em que a partir da década de 1930 são iniciadas as primeiras publicações dos manuais didáticos de Sociologia.

Nesse período os livros didáticos eram materiais com conteúdo introdutórios acerca do conhecimento sociológico, eram também advindos dos países da Europa, principalmente da França. Na visão de Meucci (2000) os primeiros manuais propunham não somente a sistematização do conhecimento sociológico, pois reuniam um conjunto de métodos, procedimentos teóricos e científicos apropriados para a investigação sociológica (MEUCCI, 2000, p.4).

Salienta-se que os autores dos primeiros manuais eram bacharéis em Direito, para Meucci (2000) a escrita dos autores demonstrava não se tratar de pesquisas sociológicas, os bacharéis tinham influências sobre as teorias positivistas, nesse sentido suas escrituras estavam caracterizadas pelos ideais de ordem e progresso da nação, além de que o processo de institucionalização da Sociologia iniciou-se nas universidades de Direito.

Segundo a autora, acreditava-se que a Sociologia possibilitaria bases científicas nas questões jurídicas, dessa maneira, os primeiros manuais didáticos de sociologia no Brasil “dedicavam-se, sobretudo, à compreensão do direito como um fenômeno social, relacionado à forma de vida comum resultante da convivência entre os indivíduos” (MEUCCI, 2000, p.17).

Os manuais didáticos começam a ganhar uma nova roupagem a partir da inserção da Sociologia nas escolas normais, segundo Meucci (2000) os cursos de magistério começam

mudar a sua grade curricular e algumas disciplinas passam a ser substituídas, como também foram elaborados novos manuais, dessa vez escritos por sociólogos, entre os manuais a autora destaca: Lições de Sociologia, de Achilles Archero Júnior (1933), Princípios de Sociologia, de Djacir Menezes (1934), Sociologia Educacional, de Delgado de Carvalho (1940), Sociologia Educacional de Fernando Azevedo (1940), Um esquema de sociologia geral, de Juvenal Paiva Pereira (1941) e Sociologia Educacional, de Amaral Fontoura (1951).

Os novos manuais dedicavam-se em demonstrar o conhecimento sociológico no âmbito educacional enfatizando a cientificidade da Sociologia, para Meucci (2000) os manuais tinham enfoque também na realidade social, no qual o ensino sociológico não estaria predestinado somente a sala de aula, mas sobretudo a realidade social, pois havia o interesse de capacitar aos educandos a vivência em sociedade os tornando sujeitos cidadãos, ampliando a ideia de progresso presentes nos manuais.

É nesse contexto que os livros didáticos começaram a se expandir e por consequência o mercado editorial também, conforme Engerroff (2017) o livro didático acabou se tornando uma fonte de lucro para as editoras brasileiras com a produção em grande escala de livros didáticos divididos em várias áreas do conhecimento, logo os livros didáticos de Sociologia também começaram a fazer parte de bibliotecas.

Guelfi (2001) apresenta que o fluxo de livros didáticos de Sociologia até 1939 com o processo de instauração da Sociologia favoreceram mudanças não somente no impulsionamento das Ciências Sociais na história da educação, mas também mudanças culturais, sociais, econômicas e políticas no contexto brasileiro.

A partir das mudanças em torno dos livros didáticos, surge o Instituto Nacional do Livro (INL) com o objetivo de conduzir a produção e publicação dos livros didáticos, a partir de 1945 é criada a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) por meio do Decreto-lei nº 1.006/1938 no qual estabelecia a elaboração e utilização do livro didático (GUELF, 2001, p.104; ENGERROFF, 2017, p.35).

É necessário entender que a expansão da publicação de livros didáticos não cabe somente à Sociologia, mas também aos manuais didáticos de História. Entretanto, as publicações não garantiram a permanência da Sociologia como obrigatória no ensino secundário, diferente da história que permaneceu como disciplina (GUELF, 2001, p.98).

Nesse contexto, Meucci (2007) acrescenta que a falta de obrigatoriedade da Sociologia no currículo escolar desencadeou pontos negativos na elaboração dos novos manuais, no entanto Oliveira e Oliveira (2017) pontuam que a partir da criação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) na década de 1961 sancionada pela lei nº 4.024, a Sociologia permanece nas Escolas

Normais, não obstante, a criação da LDB não garantiu a Sociologia como obrigatória no ensino secundário (BRASIL, 1961).

A falta de obrigatoriedade da disciplina se intensifica mais ainda a partir do Regime Militar iniciado em 1964, onde a Sociologia foi retirada do ensino secundário, ficando limitada à educação básica⁵, esta foi substituída por disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB)⁶, além do mais, no período ditatorial a educação básica se voltava para o ensino técnico e profissionalizante a fim de garantir o desenvolvimento econômico no Brasil (FEIJÓ, 2012, p.65).

De acordo com Perucchi (2009) a produção de livros didáticos estava baseada nas ideologias do regime militar, a autora observa que os manuais didáticos apresentavam um conhecimento cristão e conservador, além de que fortalecia a dominação da classe burguesa sobre o sistema educacional, percebe-se esse feito na fala da autora:

A força, ou forma de dominação, ideológica foi ministrada através da construção do medo ao comunismo, chamando de “forças estranhas” e de “inimigos internos” os que defendiam seus princípios, como bem observado no conteúdo da maioria dos livros de Educação Moral e Cívica e de Organização Social e Política Brasileira (PERUCCHI, 2009, p.25)

Em efeito os conteúdos presentes nos livros didáticos das disciplinas não demonstravam conhecimento sobre a realidade do país tão pouco o conhecimento sociológico, essa maneira de dominação se comunica ao que Faria (2005) expõe ao afirmar que a burguesia se apropria do conhecimento científico como forma de dominação ideológica através dos materiais didáticos, esse aparato ideológico de dominação é perceptível no período de ditadura militar que camuflava a verdade, é nesse contexto que Perucchi (2009) evidencia:

Segundo os livros didáticos da época, a maneira de se conseguir banir os problemas sociais brasileiros era instaurar a “ordem” no país e evitar com isso as discórdias e os conflitos. Os livros utilizados em sala de aula, na sua ampla maioria, buscaram legitimar o regime militar e justificar seus atos. O ensino de nível médio, assim como os demais níveis de ensino, teve seus conteúdos de ensino distorcidos e empobrecidos na transmissão de conhecimentos científicos. Exemplo disso foi a profissionalização compulsória do ensino médio, destinada a formar força de trabalho de baixo custo e numerosa, para responder às exigências do chamado “milagre econômico” (PERUCCHI, 2009, p.50).

⁵ Essas mudanças trazidas pelo Regime Militar foram sancionadas pela Lei Federal nº 5.692/71.

⁶ Vale lembrar que, as disciplinas apresentavam alguns conceitos das Ciências Sociais, no entanto, distantes da realidade do país, conforme expõem Perucchi “organizaram e ideologizaram a transmissão de saberes das Ciências Sociais sobre a realidade social brasileira, mascarando contradições e problemas sociais” (PERUCCHI, 2009, p.108).

Assim, o ensino sociológico foi enfraquecido sobre um discurso ideológico que demonstrava que a sociedade precisaria ser protegida de uma “ameaça comunista”, a classe dominante se apropriou dos livros didáticos para disseminar e camuflar a realidade social e manter seu domínio sobre a classe trabalhadora.

3.1 O livro didático após o retorno da Sociologia nos currículos escolares a partir da década de 1980

O retorno da Sociologia no currículo é marcado após a crise do milagre econômico brasileiro entre 1970 a 1980, o ensino profissionalizante obrigatório sofreu o impacto na falta de demanda, como também na falta de profissionais formados e a escassez de matérias para a formação técnica (BRASIL, 2006, p.102).

O processo de redemocratização do Brasil suscitou um novo contexto educacional para o país, os primeiros passos para esse feito foram a partir da alteração da LDB na Lei de nº 7.044/1982, que estabelecia um novo formato de ensino, com um caráter menos profissionalizante, assim abriu o retorno da Sociologia e Filosofia na grade curricular do Ensino Médio (ANDRADE, 2003, p.28).

No período de retorno da Sociologia houve grande participação dos movimentos sociais, sindicatos e profissionais da área de Ciências Sociais, percebe-se que há um número crescente cursos na área da licenciatura em Ciências Sociais, diante disso Oliveira (2021) esclarece que o crescimento de cursos na área colaborou para que a Sociologia ganhasse força no seu processo de institucionalização principalmente após o período ditatorial.

Apesar das alterações na LDB de 1982 a lei não oficializa a Sociologia como disciplina obrigatória, somente a partir da nova LDB sobre a Lei nº 9.394/96 que a torna obrigatória no currículo da educação básica, com a nova LDB também é publicada as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) que tinham a proposta de organizar os conteúdos do ensino básico.

Com a nova lei, surge uma série de discussões e orientações para o ensino de Sociologia no ensino médio, conforme o artigo 36, parágrafo 1º, inciso III, afirma que no final do Ensino Médio o aluno deverá ter o “domínio dos conhecimentos de filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania” (BRASIL, 1998). A partir das novas diretrizes ficou em questionamento como seria a inserção da Sociologia e da Filosofia no Ensino Médio, no sentido de que ficava a critério da gestão escolar determinar a maneira que os educandos iriam ter acesso às disciplinas.

É nesse período de reintegração da Sociologia até 2008 - também conhecido como a segunda geração de livros - com a Lei nº 11 e conforme Maçaira (2021):

Naquele período, o mercado editorial de didáticos intensificou os processos de padronização e homogeneização próprios das práticas industriais. Os livros didáticos passaram a apresentar mais ilustrações e exercícios, mas ainda tinham como público-alvo, especialmente no caso da Sociologia, tanto estudantes do 2º grau (nova nomenclatura para o ensino secundário, atual ensino médio) quanto aqueles dos primeiros períodos de disciplinas introdutórias do ensino superior. Os livros tinham um tamanho semelhante aos livros não didáticos, na maioria das vezes eram impressos em preto e branco, nem sempre eram acompanhados de um manual do professor; portanto, observam-se indícios de um esforço de didatização do conhecimento sociológico que só irá se complexificar na geração posterior (MAÇAIRA, 2021, p.99).

De acordo com Engerroff (2017) embora a Sociologia não fosse obrigatória no currículo na década de 1980, muitos livros da disciplina foram editados, a autora cita algumas obras da época, como “Sociologia: introdução a sociedade”, da autora Cristina Rocha (1987), “Introdução a Sociologia”, de Pérsio Santos de Oliveira (1988) e “Iniciação à Sociologia”, Nelson Tomazi (1994), entre outros livros didáticos.

Em seus estudos o autor Machado (1996) analisa quatro livros didáticos de Sociologia publicados nos anos de 1985 até 1994, nessa análise ele busca compreender a trajetória da Sociologia no currículo escolar e explora os livros didáticos como parte produtora indireta do currículo, além dele, se destaca o trabalho de Coan (2006) que verifica a categoria trabalho nos livros didáticos utilizados pelos professores publicados entre 1987 a 2001, o autor compreende que as abordagens feitas nos livros didáticos de Sociologia se apropriam de conceitos genéricos ao tentar explicar o modo de produção capitalista.

O autor Sarandy (2004) também dedicou parte dos seus estudos a análise dos livros didáticos publicados entre 1999 a 2002, na qual expõe que, os livros estavam voltados para o estudo dos clássicos e abordagens sociológicas, bem como, partiam do pressuposto de uma Sociologia capaz de instigar o pensamento crítico e a formação de sujeitos cidadãos atuantes nas questões sociais.

A presença desses materiais acerca dos manuais didáticos revela o que Maçaira (2021) aponta sobre uma “diversidade de seleções curriculares”, no sentido de que a Sociologia estava vivenciando o período de sua institucionalização, com isso se destaca os livros didáticos como heterogêneos, que apresentavam conceitos sociológicos como a cultura, política e trabalho, se percebe também a presença dos autores considerados clássicos da Sociologia (MAÇAIRA, 2021, p.102).

3.2 O livro didático de Sociologia após o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)

A Sociologia torna-se obrigatória em todas as escolas do Ensino Médio a partir da Lei nº 11.684/2008, a nova lei implicou em alterações na LDB 9394/96 e passa a incluir no seu artigo 36 as disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio brasileira. Essa etapa da sociologia é marcada por mudanças nos seus livros didáticos, assim iniciando a terceira geração de livro didáticos como salienta Maçaira (2021) que após a inclusão da sociologia pela primeira vez no PNLD nas edições de 2012, 2015 e 2018, a constituição da disciplina no programa se deu a partir da abertura do edital em 2009 para a inscrição dos livros didáticos, o edital foi realizado por uma comissão técnica no qual apresentou critérios avaliativos, teóricos-metodológicos, físicos e legais para a escolha dos manuais didáticos (GÓES, 2013, p.25).

É importante dizer que a inclusão da Sociologia no programa foi tardia, tendo em vista que o uso do livro didático aparece como política pública a partir da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) por meio do decreto nº 91.542/1985. A implementação do programa teve o intuito de contribuir a todos os estudantes de escolas públicas terem acesso à educação, o acesso aos materiais didáticos, ficando estabelecido a distribuição dos livros didáticos aos estudantes oriundos de escolas públicas do 1º grau, permitiu ainda a participação dos professores na escolha do livro bem como a reutilização dos livros didáticos (BRASIL, 1985).

Com o primeiro ano da Sociologia no programa, de quatorze obras apenas duas foram aprovadas, sendo elas: “Sociologia para o Ensino Médio” do autor Nelson Dacio Tomazi e “Tempos Moderno, Tempos de Sociologia” das autoras Helena Bomeny e Bianca de Freire Medeiros (ENGERROFF, 2017, p.47). A autora Góes (2013) aponta que esse fato pode ter sido em decorrência da recente obrigatoriedade da Sociologia no currículo da educação básica, pois a discussão científica da Sociologia estava voltada mais para o conhecimento acadêmico e a mesma lutava para inserir seu campo de conhecimento no espaço escolar.

Conforme Maçaira (2021) as editoras passam a investir em obras de Sociologia, a partir da convocação de professores e autores da área, a autora percebe que há um crescente investimento no mercado editorial, os livros passam agrupar mais imagens, há um aperfeiçoamento no manual do professor no qual se tem a presença de orientações de como usar o livro didático em sala de aula. O conteúdo do livro didático passa a se articular nas três áreas das Ciências Sociais, Antropologia, Ciência Política e Sociologia, há a presença da pesquisa como procedimento metodológico na educação, e a relação da teoria e o ensino de Sociologia (OLIVEIRA, 2021, p.31).

Esse reconhecimento do livro didático de Sociologia é visto como importante no Guia PNLD publicado em 2011, afirmando que:

São muitas as implicações do livro didático no processo de ensino e aprendizagem, sobretudo no caso da Sociologia, ainda sem tempo suficiente para consolidar-se como disciplina escolar. Sabemos que o livro não deve se constituir no único material de ensino em sala de aula, mas pode ser uma referência capaz de estimular a curiosidade e o interesse para a discussão, a análise e a crítica dos conhecimentos sociológicos. Isso significa que é tarefa do professor/professora fazer do livro didático um aliado de sua prática pedagógica, adequando-o ao projeto político-pedagógico de sua escola, as suas necessidades, e a de seus alunos (BRASIL, 2011, p.7).

Nesse sentido, o livro didático de Sociologia tem a possibilidade de atuar nas dimensões didático-pedagógicas, social e política, pois contribuem ao alunado um novo olhar para a vida social, capacitando-os no processo de estranhar e desnaturalizar, contribuindo assim para melhorias na qualidade do ensino (BRASIL, 2011, p.7).

É nesse contexto que Meucci (2014) salienta a presença da Sociologia no PNLD como um momento significativo para a história da disciplina na qual ampliou a circulação do pensamento sociológico no Brasil, isso reflete nos editais do PNLD e Guias do PNLD como muito bem analisado por Sousa (2020) em sua dissertação, conforme a autora, durante os anos que a Sociologia participou do programa se percebe uma avanço significativo em torno dos livros didáticos, uma vez que no PNLD de 2015 houve um número crescente de livros aprovados comparado a 2012, além disso, haviam temas abordando questões étnicas-raciais, gênero e meio ambiente.

Os livros aprovados foram: “Sociologia para o Ensino Médio” do autor (TOMAZI, 2013), “Tempos Modernos, Tempos de Sociologia” (BOMENY, et al., 2013); “Sociologia” (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2013); “Sociologia em Movimento” (SILVA, et al., 2013); “Sociologia Hoje” (MACHADO, AMORIM e BARROS, 2013) e “Sociologia para jovens do Século XXI” (OLIVEIRA e COSTA, 2013).

Nesse sentido o PNLD de 2015 deixa em evidência a consolidação da Sociologia, isso se percebe a partir dos princípios avaliativos na escolha do livro didático presentes no Guia PNLD, sendo eles:

1. a interdisciplinaridade das ciências sociais;
2. o rigor teórico e conceitual;
3. a mediação didática;
4. a apreensão do conhecimento sociológico pelo aluno;
5. a autonomia do trabalho pedagógico do professor (BRASIL, 2014, p.8).

Além disso, a escolha dos livros foi composta por uma equipe de professores especializados no ensino de Sociologia, que também reunia membros de diferentes regiões do país, com pretensão de haver um olhar ampliado sobre o livro didático e a diversidade cultural das escolas em cada região brasileira (BRASIL, 2014, p.8).

No que tange ao PNLD de 2018, embora tenha caído para cinco o total de livros aprovados, sendo estes: “Sociologia em Movimento” (MOTIM, et al., 2016); “Sociologia Hoje” (BARROS, et al., 2016); “Tempos Modernos, Tempos de Sociologia” (MEDEIROS, et al., 2016); “Sociologia em Movimento” (SILVA, et al., 2016) e “Sociologia para Jovens do século XXI” (OLIVEIRA e COSTA, 2016). Todavia Sousa (2020) percebe que houve avanços em suas temáticas, e passaram a ter uma abordagem mais atraente para o público jovem, o que era um desafio em aprovar livros didáticos de Sociologia que abordassem a realidade social brasileira e conceitos sociológicos adequados aos estudantes no Ensino Médio (SOUSA, 2020, p.92).

Sobre esse ponto de vista, compreende-se conforme Maçaira (2020) que a terceira geração de livros didáticos de Sociologia se diferencia das demais, pois reúne aspectos físicos e conteúdo, além de que os conceitos e teorias das Ciências Sociais se articulam entre si, buscando aspectos que desenvolvam a imaginação sociológica, nesse sentido entendemos a partir de Meucci (2020) o livro didático não apenas como um material pedagógico, mas como um recurso para entender o contexto social, cultural e científico da sociedade.

3.3 Os livros didáticos de Sociologia após a Reforma do Novo Ensino Médio

Em 2016 o Brasil passou por mudanças em seu governo em decorrência do impeachment da ex presidente Dilma Rousseff, logo o vice-presidente Michel Temer assumiu a presidência do país, em meio ao novo cenário a Reforma do Ensino Médio é aprovada através da Lei de nº13.415/2017 na qual foi alterada também a Lei nº 9.394/1996 que estabelecia a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 2017). Vale salientar que todas essas alterações foram de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o PNLD⁷ também é alterado por meio do decreto 9.000/2017.

A partir da Reforma do Novo Ensino Médio, passa a vigorar a carga horária de 1800 horas anuais para o Ensino Médio orientadas pela BNCC, e também foram incluídos no currículo a presença de itinerários formativos, devendo ser ajustados ao contexto local e as

⁷ O nome do programa também é alterado, passando a ser denominado “Programa Nacional do Livro e Material Didático”

possibilidades de ensino, divididos por áreas do conhecimento, formação técnica e profissional (BRASIL,2017).

Portanto, o Guia PNLD 2021 estabelece que:

No Novo Ensino Médio, as finalidades permanecem as mesmas definidas na LDB em 1996, mas seu funcionamento passou por um processo amplo de reformulação, como alteração de carga horária mínima, que passa a ser de 5 horas diárias e flexibilização curricular, que significa que os estudantes podem escolher parte de seu percurso formativo e ênfase no acolhimento das culturas juvenis, considerando-se as singularidades e pluralidades dos estudantes, o respeito aos seus direitos, suas características, interesses, ritmos e papéis sociais. A formação assim volta-se para a resolução de demandas complexas do cotidiano, exercício da cidadania e atuação no mundo do trabalho (BRASIL, 2021, p.19).

Conforme a portaria Nº 1.432/2018 emitida pelo Ministério da Educação (MEC) no Diário Oficial da União, os itinerários formativos são atividades educativas as quais permitem aos estudantes escolher um melhor aprofundamento em determinada área do conhecimento ou formação técnica a partir de seus interesses, sendo organizados em quatro eixos estruturantes, Investigação Científica; Processos Criativos; Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo, obedecendo uma carga horária de 1.200 horas.

Além disso, com a Reforma do Ensino Médio as alterações no PNLD no Art. 1º do decreto 9.099/2017 emite ao programa “avaliar e disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, a todas as escolas públicas e instituições comunitárias e filantrópicas sem fins lucrativos” (BRASIL,2017)

Fica estabelecido também a inclusão do Programa Nacional da Biblioteca da Escola (PNBE) no qual permite ao PNLD a responsabilidade de avaliar e distribuir, materiais de apoio pedagógico, livros dicionários, jogos e softwares educativos (BRASIL, 2017; CAIMI, 2018). Outra questão a ser apontada é que os livros didáticos não são mais divididos entre disciplinas, mas sim por áreas do conhecimento, sendo elas Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas e Sociais aplicadas.

É importante ressaltar que o programa deve conter obras de Projetos Integradores e de Projetos de Vida, formulados a partir das diretrizes do novo Ensino Médio, com o objetivo de oferecer caminhos para o melhoramento no processo de ensino e aprendizagem, além de propiciar aos estudantes no seu trajeto escolar maneiras para o desenvolvimento de habilidades e valores na sociedade (BRASIL, 2021, p.19).

Em relação ao ensino de Sociologia é estabelecido a partir das orientações da BNCC a obrigatoriedade de estudos e práticas da Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia no Art. 35-A da Lei nº13.415/2017 (BRASIL, 2017). Nessa perspectiva a obrigatoriedade do ensino de

Sociologia não fica clara e acaba deixando dúvidas sobre sua presença no currículo do Ensino Médio, de acordo com Lima e Maciel (2018) essas mudanças corroboram para que estudos e conteúdo da Filosofia e Sociologia sejam desconsiderados, passando a serem vistos como “temas transversais, diluídos em outras disciplinas da BNCC” (LIMA E MACIEL, p. 14, 2018).

Partindo dessa premissa o ensino de Sociologia está vivenciando um cenário de incertezas, além de sua prática, os seus livros didáticos sofrem instabilidades na educação básica o que pode vir acarretar em dificuldades na circulação do pensamento sociológico, ao considerar que o livro didático é um importante instrumento não só para a prática pedagógica, mas para a compreensão das questões sociais, assim é importante haver investigações acerca dos conteúdos de Sociologia e suas abordagens nos novos livros, sobretudo a atuação dos movimentos sociais, que a partir das fundamentações teóricas levantadas entende-se que atuam como fenômenos sociopolíticos capazes de se constituírem como fenômenos de aprendizado e que permitem aos sujeitos o exercício de refletir sobre o seu meio.

Nessa perspectiva, no próximo capítulo será esclarecido os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa.

4 O LIVRO DIDÁTICO COMO FONTE DE PESQUISA: DISCUSSÃO METODOLÓGICA

O livro didático é uma material de apoio pedagógico do professor e do aluno, que agem como transmissores de conhecimento, além de ser conforme Bittencourt (2004) um produto cultural que reúne métodos de ensino bem como desempenham aspectos culturais e ideológicos, nesse sentido o livro didático é um recurso importante para a compreensão cultural e científica da sociedade (MEUCCI, 2020), devendo ser considerado que a produção dos livros didáticos transcendem o campo pedagógico, pois há disputas de interesse em volta da sua produção que atendem diferentes campos sociais na sociedade, desse modo os materiais didáticos são reflexos de disputas políticas, ideológicas e religiosas (CIGALES; OLIVEIRA, 2020, p.7).

Nessa perspectiva, os autores Cigales e Oliveira (2020) entendem que o conteúdo de movimentos sociais nos livros didáticos se reflete aos campos de disputas e interesses presentes na produção dos materiais didáticos, perante a esse ponto de vista a análise se constituiu a partir de uma lógica interna ou seja da análise de conteúdo (CIGALES; OLIVEIRA, 2020, p.9).

Como suporte para análise utilizou-se o método de análise de conteúdo por meio de uma abordagem qualitativa, método este formulado pela autora Laurence Bardin (1977) no qual consiste em uma série de técnicas de análise que permitem elucidar a presença ou não do conteúdo e a compreensão de características e significados presentes na mensagem.

Os livros analisados correspondem aos que compõem a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas aprovados no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) edição de 2021, livros esses que são destinados às escolas do Ensino Médio, onde foram selecionados oito livros para análise do conteúdo de movimentos sociais, para alcançar os objetivos propostos na pesquisa foram realizadas algumas etapas para a coleta de dados.

Nesse sentido, a seleção dos livros foi direcionada em alguns segmentos, o primeiro se constituiu na busca dos livros por meios digitais através dos *sites* eletrônicos das respectivas editoras que tiveram os livros aprovados, neste sentido todos os livros analisados se deram no formato digital.

O segundo passo foi a análise geral de todos os materiais coletados, a partir do mapeamento foram selecionados todos os livros que continham trechos ou que referenciavam o conteúdo de movimentos sociais, tendo ou não algum capítulo ou unidade específica que abordasse o conteúdo, feito isso a análise se organizou em critérios que pudessem entender como o conteúdo de movimentos sociais estava sendo abordado nos livros, exposto no quadro abaixo contendo esses critérios.

Quadro 1-Lista de critérios para análise

CONTEÚDO DE MOVIMENTOS SOCIAIS	
1º	O livro traz abordagem dos movimentos sociais?
2º	Qual o conceito e definições colocadas?
3º	Quais características são apontadas?
4º	Quais autores que aparecem para a compreensão do conteúdo?
5º	Quais os tipos de atividades propostas?
6º	O conteúdo é adequado a idade mínima?

Fonte: Autoria própria (2022)

O primeiro critério foi a identificação do conteúdo nos livros, onde buscou-se identificar o conceito de movimentos sociais e suas definições de maneira que fosse possível perceber qual as informações que o livro trazia para a compreensão do conteúdo, ademais perceber possíveis ausências do conceito.

As características dos movimentos sociais apontadas nos livros tornam-se necessárias para análise, nesse sentido buscou-se entender como estava sendo colocado a distinção dos movimentos sociais e seu caráter heterogêneo, o modo como se organizam, bem como a sua relação com os processos históricos, tempo e espaço.

Compreender os autores que aparecem no conteúdo foi também um dos critérios levantados, a escolha desse critério partiu da premissa de identificar as discussões teóricas levantadas pelo livro didático para o entendimento do conteúdo, em qual contexto eles aparecem e como suas teorias se relacionam com a temática.

As atividades propostas tiveram como objetivo analisar todos os tipos de exercícios que apareciam no conteúdo, tais como: atividades de análises, interpretativas, reflexivas, atividades de pesquisas, em grupo ou individual, atividades de produção textual e investigação, na qual procurou-se estabelecer suas potencialidades para a compreensão da temática.

A adequação a idade mínima tornou-se importante analisar uma vez que o conteúdo poderia apresentar algum tipo de incoerência. A partir da sistematização dos critérios, foram desenvolvidas categorias específicas para compreender os assuntos que correspondem ao ensino de Sociologia, tais como: mundo do trabalho; gênero e sexualidade; relações étnico-raciais, juventude, política e Estado. Nesse sentido as categorias que aparecem no conteúdo foram descritas da maneira conforme são discutidas nos livros didáticos, assim através da análise buscou-se entender como o conteúdo está aparecendo bem como seus limites e potencialidades.

5 ANÁLISE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO LIVRO DIDÁTICO

Este capítulo apresenta a análise do conteúdo de movimentos sociais nos livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas aprovados no ano de 2021, período esse que foi marcado por mudanças curriculares iniciadas em 2017 com a Reforma do Novo Ensino Médio, resultando em alterações no ensino de Sociologia e nos seus materiais didáticos, para a compreensão do trabalhado aqui realizado será exposto inicialmente um quadro contendo informações gerais dos materiais didáticos analisados.

Quadro 1 - Título do livro, autoria, ano de publicação, número de páginas e editora

Título do livro	Autoria	Ano de publicação	Nº paginas	Editora
Diálogo em Ciências Humanas: convívio democrático.	Cláudio Vicentino; Eduardo Campos e Eustáquio de Sene.	1º Ed. 2020	244	Ática
Diálogo em Ciências Humanas: construção da cidadania.	Cláudio Vicentino; Eduardo Campos e Eustáquio de Sene.	1º Ed. 2020	244	Ática
Ser protagonista: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: cidadania e ética.	Flávio Monzatto de Souza e Valéria Vaz.	1º Ed. 2020	268	SM Educação
Humanitas: diversidade, cidadania e direitos humanos.	Ronaldo Vainfas; Sheila de Castro Faria e Jorge Ferreira.	1º Ed. 2020	268	Saraiva
Humanitas: política e mundo do trabalho	Ronaldo Vainfas; Sheila de Castro Faria e Jorge Ferreira.	1º Ed. 2020	260	Saraiva
Palavras de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: mundo em rede: democracia, cidadania e direitos.	Arno Aloisio Goettems; Candido Grangeiro; Antônio Luís Joia e Cosme Freire Marins.	1º Ed. 2020	260	Palavras
Ciências Humanas: ética, cultura e direitos	Alfredo Boulos Junior; Edison Adão Candido da Silva e Laercio Furquim Junior.	1º Ed. 2020	292	FTD
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: globalização, emancipação e cidadania	Patrícia Ramos Braick; Myriam Becho Mota; Lygia Terra; Regina e outros.	1º Ed. 2020	244	Moderna

Fonte: autoria própria (2022).

5.1 Conhecendo as obras

Diálogo em Ciências Humanas: convívio democrático (editora Ática)

O livro é composto por três autores, sendo um deles com formação em Ciências Sociais e os demais apresentam formação em Geografia. O livro reúne 244 páginas, organizado em duas unidades e cada unidade é composta por dois capítulos, nas dez primeiras páginas o livro didático apresenta o “caderno BNCC” trazendo informações sobre as competências e habilidades que o educando deve exercer nas etapas da educação básica, bem como competências específicas e habilidades de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Em seus capítulos o material apresenta temas e conteúdos pertinentes às ciências humanas e sociais aplicadas, como questões de desigualdade econômica e pobreza (cap.1) sociedade e violência (cap.2), mobilidade urbana (cap.3) e transformações sociais, culturais, juventude e protagonismo juvenil (cap.4), ressalta-se que no decorrer dos seus capítulos o livro articula o conteúdo com determinados assuntos das ciências da natureza, que é algo bastante comum quase em todos os capítulos, onde sempre é disposto um texto e questões interpretativas no final.

Diálogo em Ciências Humanas: construção da cidadania (editora Ática)

O livro contempla três autores com formação em Ciências Sociais e Geografia, no que se refere ao número de páginas o material dispõe de 244 páginas, contendo duas unidades, sendo elas divididas em dois capítulos, o material analisado também oferece o “caderno BNCC” informando as competências e habilidades pertinentes às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, no que se refere a seus capítulos, são apresentados temas sobre regimes antidemocráticos no Brasil e na América Latina, mobilizações sociais nos governos ditatoriais e história do Brasil (cap.1), aborda justiça social, juventude, direito das mulheres, negros e indígenas (cap.2), cidade, urbanização, desigualdade e segregação socioespacial (cap.3) e por fim abordar direitos humanos e prática social (cap.4).

Ser protagonista: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: cidadania e ética (editora SM Educação)

O material didático foi escrito por dois autores, o primeiro apresenta formação em Geografia e o segundo em História e Letras. O material é composto por 268 páginas, organizado em quatro unidades, sendo elas divididas em três capítulos cada uma, no qual abordam

escravidão, trabalho escravo (cap.1), racismo estrutural, sistema escravocrata (cap.2), violência, vidas negras no Brasil, políticas públicas (cap.3), desigualdade social (cap.4), cidadania, políticas afirmativas, igualdade de gênero (cap.5), povos e comunidades tradicionais (cap.6), Estado brasileiro, tipos de democracia, autoritarismo (cap.7) soberania, representatividade e democracia (cap.8), movimentos sociais (cap.9), direitos sociais (cap.10) indicadores sociais (cap.11) e produção cultural periférica (cap.10).

Humanitas: diversidade, cidadania e direitos humanos (editora Saraiva)

O livro apresenta três autores ambos com formação na área de História, é composto por 268 páginas, os capítulos se dividem em seis nos quais abordam sociedade e consumo, contracultura (cap.1), Guerra Fria (cap.2) guerras no oriente médio, conflitos (cap.3), América Latina, política (cap.4), África, tensões políticas, guerras civis (cap.5) e sociedade brasileira, pobreza no Brasil, trabalho, violência e desigualdade social no Brasil (cap.6).

Humanitas: política e mundo do trabalho (editora Saraiva)

O livro compõe 260 páginas, sendo dividido em seis capítulos com temas voltados para escravidão (cap.1), direito dos trabalhadores, revolução industrial, capitalismo (cap.2) sociedade industrial (cap.3), trabalho e novas tecnologias (cap.4), trabalho no Brasil, conflitos, direitos trabalhistas (cap.5) e cidadania e direitos humanos, direitos civis, sociais e políticos (cap.6). No que se refere aos autores o livro apresenta três autores ambos apresentam formação na área de História.

Palavras de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: mundo em rede: democracia, cidadania e direitos (editora Palavras)

O livro apresenta quatro autores, dois autores com formação em Geografia, um apresenta estudos na área de História e um autor contempla formação em História e Ciências Sociais, no que se refere ao número de páginas, o material compõe 260 páginas, contendo quatro unidades sendo divididas em dois capítulos cada, é importante dizer que as unidades se dividem unicamente entre capítulo 1 e 2, nesse sentido os conteúdos informados e seus respectivos capítulos estão descritos conforme o livro informa, diante disso no que tange aos conteúdos a abordagem está relacionada na primeira unidade aos tipos de conhecimento (cap.1), transformações na sociedade, avanços tecnológicos (cap.2), na segunda unidade aborda

democracia, cidadania (cap.1), Estado brasileiro (cap.2) na terceira unidade tem enfoque no conteúdo sobre direitos humanos a partir de uma contextualização histórica (cap.1), direitos humanos no Brasil (cap.2) e na quarta unidade aborda os movimentos sociais (cap.1) e os novos movimentos sociais (cap.2).

Ciências Humanas: ética, cultura e direitos (editora FTD)

O livro apresenta três autores, no qual dois autores contemplam formação na área de Geografia e um apresenta formação em História, o material tem 292 páginas, dividido entre duas unidades compostas por três capítulos, cada uma delas, trazem a abordagem de temas como ética, democracia (cap.1), iluminismo (cap.2), direitos sociais, políticos e civis, desigualdade social, racial e de gênero (cap.3), urbanização, segregação social, desigualdade espacial (cap.4), violência (cap.5) e impactos tecnológicos (cap.6).

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: globalização, emancipação e cidadania (editora Moderna)

O livro reúne vinte e três autores no qual contemplam formação em áreas diversas relacionadas as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. O material dispõe de 244 páginas, é dividido entre seis capítulos, aborda temas como mercantilismo, colonização, grandes navegações (cap.1), emancipação política (cap.2), colonialismo, desenvolvimento tecnológico (cap.3), redes sociais (cap.4), globalização, cidadania, direitos humanos, movimentos sociais (cap.5) e transformações do sujeito, fenomenologia e existencialismo (cap.6).

5.2 Visão geral sobre a presença do conteúdo

No conteúdo de movimentos sociais contido nos livros analisados, apenas os livros “Ser protagonista: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: cidadania e ética”, “Palavras em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Mundo em rede: Democracia, cidadania e direitos” e “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: globalização, emancipação e cidadania” possuem capítulos destinados ao debate dos movimentos sociais, percebe-se a centralidade dos livros ao apontar os movimentos sociais como transformadores da sociedade e relacionados, efetivamente, como atos democráticos, além de haver características distintas ao discutir os movimentos sociais, nos quais ambos os livros trazem conceitos e interpretações teóricas acerca do conteúdo, resultando na presença de autores com estudos no tema.

Nos demais livros os movimentos sociais aparecem em capítulos voltados para história do Brasil, principalmente no período da ditadura militar em 1964 em que se aborda as manifestações democráticas contra o tipo de governo na época, as ondas de protestos estão bastantes presentes nos livros “Diálogo em Ciências Humanas: construção da cidadania”, “Humanitas: diversidade, cidadania e direitos humanos” e “Diálogo em Ciências Humanas: Convívio Democrático” tais abordagens aproximam a relação das manifestações com a democracia além de exprimirem os conflitos políticos em torno da sociedade e do Estado.

Além disso, se percebe em torno dos livros os movimentos sociais articulados às questões étnicas raciais, de trabalho, gênero, bem como na efetivação de direitos, tais elementos se encontram bastante presentes no livro “Ciências humanas: ética, cultura e direitos” e “Humanitas: política e mundo do trabalho”. O uso de imagens de movimentos sociais, manifestações e protestos populares é um recurso também bastante utilizado em todos os livros, servindo como exemplos na explicação do conteúdo.

De forma geral, os livros analisados apresentam informações relevantes sobre os movimentos sociais, mesmo aqueles que não possuem capítulos específicos sobre o conteúdo, se percebe uma preocupação em contextualizar a história dos movimentos sociais no contexto brasileiro e internacional, no próximo tópico será exposto uma análise mais detalhada sobre o tema proposto.

5.3 Análise do conteúdo

Diálogo em Ciências Humanas: convívio democrático (editora Ática)

A temática de movimentos sociais é encontrada no livro a partir do capítulo 4 na unidade “Cultura e costumes em transformação”, o capítulo aponta transformações na arte, na educação, nos valores sociais e linguagem a partir do XX ao século XXI, nessa perspectiva a discussão sobre movimentos sociais se inicia como secundário, pois aparece no meio do capítulo relacionando-os as mudanças nos valores sociais, levantando a discussão a partir das questões de gênero, citando o movimento feminista e a inserção da mulher no mercado de trabalho o livro não aborda com tanto rigor o movimento, apenas considera o movimento feminista como resposta as mudanças sociais da época reiterando que são advindos das desigualdades entre gênero.

Percebe-se que o livro articula a onda de movimentos sociais com as transformações na sociedade, isso fica perceptível no decorrer do capítulo quando é pontuado os protestos e

manifestações populares como aglutinadores das principais mudanças sociais, culturais e históricas da sociedade, na qual são traçadas as principais manifestações sociais no decorrer dos anos 1960, citando como exemplo o período da ditadura militar no Brasil e o movimento da contracultura, também cita os movimentos estudantis desencadeados na França e os acontecimentos da Primavera de Praga, salientando também o movimento estudantil no período ditatorial no contexto brasileiro.

O movimento estudantil é citado no material didático como um movimento de resistência e mobilização no qual influenciou a política do país, além de abordar os objetivos do movimento que buscavam melhores condições de ensino, traz enfoque também na passeata dos 100 mil no rio de janeiro, apresentando como exemplo a imagem da manifestação e os motivos que levaram a acontecer.

O livro tem foco no protagonismo juvenil e estudantil a partir de manifestações e protestos realizados por eles, abordando esse protagonismo para um contexto atual, pontuando o interesse da juventude em participar dos movimentos sociais, nesse sentido os movimentos sociais protagonizados pelos jovens são bastante presentes no conteúdo do livro, no qual aborda os problemas que a juventude enfrenta como machismo, racismo, LGBTfobia entre outros.

Ao analisar o livro e o capítulo no qual foi encontrado fragmentos de alguns movimentos sociais, se nota que ele traz elementos como imagens, recomendações de outros livros o que torna mais atrativo para o público jovem compreender os movimentos sociais que eclodiram no século XX, no entanto não há a presença de outros movimentos sociais no conteúdo que poderiam ser abordados, por exemplo quando é tratado o período de redemocratização do Brasil o foco fica apenas no movimento estudantil como o principal movimento pela redemocratização do país, podendo ser citados outros movimentos os quais também tiveram importância no contexto democrático. Nota-se ainda que a presença de autores que articulem suas ideias com o conteúdo é quase inexistente, questão essa que poderia ser melhor trabalhada para se obter melhores compreensões sobre o tema estudado no livro.

Diálogo em Ciências Humanas: construção da cidadania (editora Ática)

O segundo livro analisado não apresenta um capítulo específico para o conteúdo, mas julgou-se necessário sua análise, pois é possível identificar a abordagem de mobilizações sociais e participação popular a partir do capítulo 1 “Democracia e ditadura no Brasil e na América Latina” onde se é abordado no decorrer do capítulo a contextualização histórica da ditadura e as manifestações que ocorreram.

Logo no início, é pontuada a participação na sociedade como um direito de todos os cidadãos, focando na participação do voto como um direito político para adentrar no capítulo, onde se é contextualizado o conceito de ditadura e democracia, trazendo o pensamento de alguns autores como Max Weber, Alexis de Tocqueville e Joseph Schumpeter.

Os movimentos de resistência são pontuados no livro a partir do processo de independência de países de América Latina onde é destacado as manifestações e reivindicações sociais lideradas pelas massas populares, camponeses, indígenas entre outros que buscavam através de suas manifestações a luta por igualdade de direitos e participação política na sociedade. No contexto brasileiro é posto em debate os movimentos populares organizados por ordem cronológica em todo o capítulo, que inicia a partir do Brasil colônia, perpassando pela Era Vargas e os movimentos que ocorreram na época, percebe-se que os movimentos nessa época são apontados como ações comunistas de esquerda passando uma ideia deturpada dos movimentos.

Posteriormente, é trazido como exemplo as mobilizações sociais no contexto da ditadura militar na qual se relata os momentos de repressão acometidos pelo Estado, que se configuram em atos de violência contra os manifestantes contra o tipo de governo ditador, o conteúdo traz como exemplo o movimento “Diretas Já” que tinham como intervenção as eleições diretas para presidente.

No final do capítulo, o livro estabelece a conquista democrática no Brasil e na América Latina proveniente da atuação dos movimentos sociais, instituindo que:

A democracia, com todas as inúmeras limitações que encontra no Brasil, assim como no restante da América Latina, não é resultado de uma concessão feita pelo Estado ou por grupos poderosos ligados ao Estado e atuantes sobre a sociedade. Ela foi conquistada duramente pela luta dos movimentos populares contra as forças autoritárias que dominaram a vida política desde o Brasil colônia (VICENTINO; CAMPOS; SENE. 2021, p. 56).

Nessa perspectiva, o livro tende a reconhecer e formular os movimentos sociais como atos democráticos que se articulam na busca e conquista por direitos sociais, ainda que a diminuição das desigualdades sociais e as injustiças que ainda permeiam o Brasil só será possível com a atuação e fortalecimento dos movimentos sociais.

Ser protagonista: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: cidadania e ética (editora SM Educação)

O livro analisado apresenta um capítulo específico para o conteúdo de movimentos sociais, sendo este o capítulo 9 denominado “Os movimentos populares”, no entanto, para além deste capítulo a temática de movimentos se encontra em boa parte dos demais capítulos aparecendo dentro de outras abordagens como temas secundários.

No que se refere ao conceito de movimentos sociais é apontado a partir do pensamento de alguns autores como Maria da Glória Gohn como ações coletivas e sociopolíticas, em sequência os estudos do sociólogo Alain Touraine também são utilizados para a conceituação do tema, percebe-se também a conceituação dos movimentos sociais como transformadores das estruturas da sociedade, o livro também tende a relacioná-los como atos democráticos, trazendo como exemplo o movimento “Diretas já” como um dos principais movimentos ocorridos na ditadura militar na qual buscavam o retorno da população na participação política.

O livro também tende a caracterizar os movimentos sociais como reflexo e respostas aos problemas sociais que assolam a sociedade como a ausência de direitos sociais, desigualdade e exclusão social, essas características ficam visíveis no decorrer de seus capítulos quando traz em tona a questão agrária no Brasil e os movimentos que lutavam pela reforma, enfatizando que os problemas fundiários no país são frutos de um processo histórico desde o período de colonização, nesse sentido expõe os movimentos organizados pelos povos de comunidades tradicionais, sendo eles indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras entre outros que sofrem a exclusão social e também o não reconhecimento de seus territórios. A falta por moradia também é contextualizada a partir dos movimentos urbanos em que o livro compreende como movimentos reivindicatórios por melhores condições de moradia, saúde e educação por parte da população que reside em regiões periféricas, a ausência dos direitos e a desigualdade de gênero entre mulheres, pessoas de diferentes orientações sexuais, trazendo como exemplo o movimento feminista, a busca por igualdade de gênero e o movimento LGBTQI+ que lutam pelo reconhecimento dos seus direitos e por uma sociedade sem discriminação de gênero.

Percebe-se que o livro no decorrer de seus capítulos procura explicar os movimentos sociais a partir de uma perspectiva da história e da Sociologia, fazendo um paralelo do período colonial e as manifestações que sucederam nesse período elencando autores da Sociologia quando conceitua os movimentos, além de focar nos movimentos atuais como, por exemplo, o Movimento Passe Livre (MPL) que pessoas se organizaram para manifestar contra as tarifas dos ônibus ocorrido em 2019, e ainda traz como exemplo as redes sociais como um recurso importante para organização dos movimentos sociais.

No que tange o conteúdo de movimentos sociais não há um capítulo que define ou conceitue, mas a análise do livro julgou necessária, ao considerar que há a presença de manifestações populares no capítulo 1 “Sociedade de consumo e contracultura” no qual aborda o movimento da contracultura nascido nos anos 1950. Diante da análise realizada compreende-se que o livro aborda o movimento como um impulso para outros movimentos, isso dá a entender a partir do tópico “As revoltas de 1968” onde se tem uma abordagem de alguns movimentos protagonizados pela população e por jovens estudantes.

Nesse sentido compreende-se que o livro considera as manifestações como uma maneira de se fazer política. Por conseguinte, grupos de manifestantes ao redor do mundo questionavam os valores sociais e procuravam redefinir a democracia, com isso manifestações em todo o mundo se intensificaram a partir da década de 1960, trazendo exemplos do movimento estudantil na Alemanha e nos Estados Unidos, passeata dos cem mil no Brasil, a Primavera de Praga, entre outros que foram resultantes de mudanças na sociedade, na política e na economia.

Humanitas: política e mundo do trabalho (editora Saraiva)

O conteúdo de movimento social aparece no livro didático no capítulo 5 “Trabalho no Brasil: entre direitos e conflitos” o tema aparece como secundário na categoria trabalho, em que é abordado a partir do pensamento marxista; o movimento sindical iniciado após a revolução industrial na Inglaterra liderado pelos operários que buscavam melhores condições de trabalho e leis trabalhistas que os beneficiassem.

O livro procura demonstrar a conquista dos direitos pelos trabalhadores a partir de manifestações e greves no contexto brasileiro, possui exemplos que marcam determinados momentos da história em que perdurava a ausência desses direitos, que desencadeou no nascimento do movimento sindicalista.

Dessa forma, compreende-se que o livro também demonstra o nascimento de alguns movimentos como o movimento sindical e as manifestações provenientes dele como respostas a ausência dos direitos trabalhistas, sendo que o movimento dos trabalhadores foi capaz não só de conquistar direitos trabalhistas, mas também foi um caminho para o exercício da cidadania.

Palavras de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: mundo em rede: democracia, cidadania e direitos (editora Palavras)

A análise do livro foi realizada a partir da unidade 4 denominada “Os movimentos sociais” no qual se encontra dividido entre dois capítulos, sendo estes “Percurso dos movimentos sociais” e “Os movimentos sociais na atualidade”.

Eles podem ser urbanos ou rurais; lutar por transformações ou pela manutenção de situações econômicas, sociais e políticas” (GOETTEMS et al. 2021, p.124).

O livro também aborda a atuação dos movimentos sociais como fenômenos que se interligam com a cidadania e efetivação da democracia, além de atuarem na busca por direitos. O livro conceitua os movimentos sociais como ações coletivas que buscam mudanças na sociedade, e logo no início do capítulo 1 aborda que “os movimentos sociais estão presentes em diferentes esferas da sociedade. Podendo ser citado um trecho do livro onde expõe a conquista de direitos provenientes dos movimentos sociais:

É importante observar que muitos direitos conquistados, os quais exercemos na atualidade, são frutos de lutas de movimentos sociais, e a compreensão desses movimentos nos ajuda a entender as estruturas do mundo em que vivemos atualmente (GOETTEMS et al. 2021, p.126).

Além disso, o livro pontua que a atuação dos movimentos sociais pode se diferenciar de outros, ou seja, demonstrando que os movimentos sociais não ocorrem de maneira homogênea e que seu caráter vai se diferenciar a partir do modo como eles se organizam, os interesses dos atores sociais envolvidos, bem como ao contexto vivenciado.

Para o entendimento do conteúdo, o livro traz o pensamento do autor Pierre Bourdieu a partir do seu conceito de campo e as disputas dentro dele, fazendo uma relação com a atuação dos movimentos sociais, uma vez que o livro aborda os campos de interesses existentes em torno dos movimentos sociais.

Ao tratar dos movimentos sociais clássicos, o livro traz como exemplo o movimento operário, relacionando ao pensamento de alguns autores clássicos da Sociologia, iniciando pelo pensamento de Karl Marx a partir da luta de classes, Émile Durkheim a partir do fato social e de Max Weber levantando o debate a partir da teoria da ação social.

A discussão também aborda sobre os movimentos sociais no Brasil nascidos a partir do período colonial, citando o movimento indígena e o movimento quilombola como símbolos de resistência e liberdade, mais adiante e ainda no mesmo capítulo é dissertado acerca das manifestações sociais ocorridas na ditadura militar realizadas por estudantes e trabalhadores.

O segundo capítulo do livro “Os movimentos na atualidade” inicia apontando as transformações no mundo contemporâneo que deram início aos movimentos sociais na

atualidade provenientes do advento das mudanças tecnológicas, nos valores e ideologias, reiterando ainda que os mesmos também são provenientes da exclusão, falta de direitos e desigualdades presentes na sociedade, ressalta-se que o livro enfatiza que o conceito de movimentos sociais pode mudar a partir das linhas teóricas, salientando que alguns autores vêem os movimentos como norteadores para que ocorra mudanças sociais.

Posteriormente o livro traz para discussão o espectro ideológico dos movimentos sociais na atualidade, reiterando que existe na sociedade uma polarização entre partidos políticos de esquerda e direita na qual potencializa conflitos políticos entre os cidadãos, possibilitando a entender que a situação se reflete nos movimentos sociais, a diferenciação entre esquerda e direita é abordada a partir do autor Norberto Bobbio.

Mais adiante o livro abre o debate para a discussão dos novos movimentos sociais, como o movimento ambientalista, feminista, LGBTQI+, bem como algumas manifestações atuais, citando exemplo da greve dos caminhoneiros ocorrida em 2018, manifestações contra os cortes na educação e a greve dos trabalhadores que prestam serviços em aplicativos de entrega de alimentos em 2020.

Diante da análise feita, compreende-se que o livro demonstra que as características dos movimentos sociais ocorrem de maneiras distintas, seja pelo seu caráter ideológico, a maneira como se organiza, nesse sentido ocorrendo a partir da dinâmica social, tempo e espaço.

Ciências Humanas: ética, cultura e direitos (editora FTD)

O livro analisado não dispõe de uma unidade ou capítulo específico sobre movimentos sociais, o conteúdo é abordado de maneira secundária no capítulo 3 “A universalidade não tão universal” no qual aborda sobre os direitos sociais, civis e políticos dos cidadãos, colocando em questão os direitos das mulheres trazendo fragmentos do movimento feminista para explicar as conquistas das mulheres a partir dele. Aplica as contribuições teóricas de Simone Beauvoir para explicar a sociedade patriarcal e a dominação masculina sobre o gênero feminino, relacionando com as teorias de Max Weber a partir dos tipos de dominações investigadas pelo autor.

O movimento negro também é apontado no material didático para mostrar a ausência dos direitos ainda vivenciados pelo, as desigualdades sociais e raciais ainda vivenciadas pela população negra trazendo o pensamento do filósofo Archille Mbembe. Ainda dentro dessa perspectiva em torno dos direitos é elencado no capítulo 4 os movimentos populares por direito à moradia no qual é feita uma abordagem do movimento como uma construção histórica devido

a situações de injustiças habitacional que ocorreu no Brasil desde o século XX, trazendo o pensamento do filósofo e sociólogo Henri Lefebvre para explicar os direitos que os cidadãos devem exercer no espaço urbano.

Diante dessa análise, o livro se preocupa em demonstrar os problemas sociais que assolam a sociedade como a ausência de direitos, desigualdade e exclusão social que atingiu diferentes grupos na sociedade, demonstrando que a conquista desses direitos e a permanência deles é fruto de movimentos de resistência e mobilizações sociais.

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: globalização, emancipação e cidadania (editora Moderna)

O conteúdo de movimentos sociais aparece no capítulo 5 ‘globalização e sociedade no século XXI: dilemas e perspectivas’, o livro compreende os movimentos sociais como atos que se relacionam diretamente com a democracia, na qual as mobilizações promovidas são capazes de promover a participação social, ademais relaciona-se com a cidadania, salientando que:

O tema dos movimentos sociais também está diretamente relacionado com o da cidadania. A história desses movimentos é a trajetória de grupos, em geral desprivilegiados, que se organizam para criar, alterar ou ampliar direitos sociais, civis, políticos ou de nova geração (BRAICK et al. 2021, p.119).

Nesse sentido o livro deixa claro que os movimentos sociais têm características sociopolíticas, na qual se diferenciam pelo seu modo de organização e atuação, dessa maneira o livro conceitua:

Movimentos sociais são, portanto, ações coletivas com o objetivo de manter ou de mudar uma situação. Em geral, envolvem confronto político e têm relação de oposição ou de parceria com o Estado. São, portanto, uma poderosa força de mudança social, que pode ser exercida “de baixo”, por meio de atividades construídas por pessoas comuns em graus diversos de associação, ou pode vir “de cima”, por iniciativa de membros da elite (legisladores, governantes, dirigentes, juristas, administradores, intelectuais, etc.) (BRAICK et al. 2021, p.119).

Ressalta-se que para o entendimento do conteúdo o livro articula com algumas correntes teóricas e respectivos estudos acerca do tema, onde demonstra que dos anos 1950 a 1960 os movimentos sociais eram estudados em uma perspectiva funcionalista, outrora no século XX na Europa eram estudados sobre um ponto de vista marxista no qual seu conceito era interpretado a partir da luta de classes, e posteriormente demonstra uma terceira perspectiva por meio do sociólogo Alain Touraine a partir de seu conceito e definição de movimentos sociais.

O livro também coloca em discussão o pensamento do autor Manuel Castells ao levantar o debate sobre os movimentos sociais na contemporaneidade, explicitando o pensamento do teórico ao tratar os movimentos como respostas às mudanças culturais, políticas e econômicas na sociedade.

É abordado também no decorrer do capítulo as características dos movimentos sociais, pois o livro considera que essas características se alteram a partir dos objetivos, como também na dinâmica da sociedade. Ainda é pontuado no livro sobre a atuação dos movimentos sociais que ocorrem de maneira distinta e que podem atuar a partir de greves, protestos, podendo também atuarem de maneira independente ou associados a ONGs.

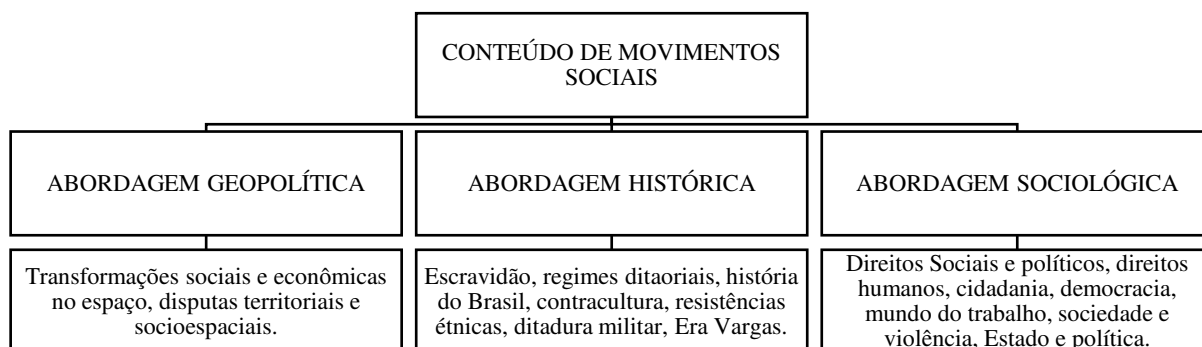
A relação de confronto entre movimentos sociais e Estado também é encontrada dentro da discussão, o material didático aborda, na maioria das vezes, que a atuação dos movimentos é vista como inimiga do Estado, não obstante as disputas e regimes políticos que podem influenciar na maneira como os movimentos sociais são vistos, e também os diferentes modos de reivindicação, separando entre os movimentos revolucionários, reformistas e conservadores.

Posteriormente o livro adentra nos movimentos sociais, dividindo-os entre movimentos sociais tradicionais e contemporâneos, no que tange aos tradicionais o material didático informa que estão relacionados com condições de trabalho, luta pela moradia, reforma agrária e educação, trazendo como exemplo o movimento sindical com uma abordagem marxista a partir da luta de classes.

Traz para discussão também outros movimentos sociais como resultado da exclusão social e desigualdade social e racial, a discriminação de gênero, apresentando exemplos do movimento negro, indígena, LGBTQI+, e movimento feminista, além disso quando discutido sobre os movimentos sociais na contemporaneidade o pensamento da autora Ilse Scherer-Warren é acrescentado para explicação dos movimentos sociais articulados em rede, no qual o material didático observa que essa forma de organização em rede corresponde a sociedade capitalista e ao processo de globalização que permitiu a ação coletiva atingir a esfera global.

A partir da análise feita entende-se que o livro se dedica em explicar o conteúdo de movimentos sociais, abordando seu conceito, como eles se organizam e características distintas existentes, procurando articular o conteúdo a correntes teóricas com estudos na temática.

Partindo dessa premissa abaixo será ilustrado abaixo a localização dos conteúdos nos livros didáticos, torna-se necessário entender que a parte que trata das Ciências humanas reúne assuntos históricos, políticos, filosóficos, sociológicos e geopolíticos, desse modo é importante situar onde aparece o conteúdo de movimentos sociais dentro dessas abordagens.

Figura 1: Temas que abordam o conteúdo de movimentos sociais nos livros didáticos.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A partir da ilustração acima, é possível identificar dentro de quais temáticas está aparecendo os movimentos sociais, que se concentram em três tipos de abordagens que foram encontradas nos livros analisados.

Nesse sentido, quando os livros abordam o conteúdo de movimentos sociais por um viés a partir da história, é comum a temática aparecer fragmentada aos acontecimentos históricos em âmbito nacional ou internacional, no que se refere a história do Brasil se tem a presença de manifestações populares desde a época da colonização, nesse sentido é notório a abordagem das manifestações que fizeram e fazem parte da história do Brasil.

A abordagem geopolítica dos movimentos sociais foi identificada de maneira sucinta, pois nos livros analisados é raro encontrar essa relação, todavia percebe-se que alguns livros trazem esse viés e abordam as transformações socioespaciais e campos de disputas territoriais.

No que se refere as abordagens sociológicas é possível identificar que os livros procuram reunir as principais temáticas da Sociologia relacionando-as ao conteúdo de movimentos sociais, dentre essas temáticas identificou-se movimentos sociais protagonizados por: mulheres, negros (as), movimentos étnicos (indígenas, quilombolas), estudantes, movimentos agrários e pela moradia, trabalhadores, movimentos em rede, ambientalista e movimentos pela diversidade. Desse modo, os movimentos sociais presentes nos livros foram identificados a partir de temáticas específicas onde percebe-se que algumas aparecem mais que outras nos livros didáticos.

A temática que mais aparece entre os livros analisados é a relação dos movimentos sociais com as instituições governamentais, política e Estado, na qual os livros demonstram as relações de confrontos que em dado momento existe entre eles, se nota esses conflitos quando os livros trazem exemplos de mobilizações sociais no contexto da ditadura militar e as violências ocorridas a esses movimentos, pelo fato dos livros analisados conter conteúdos de humanidades em que se percebe uma forte presença da história. Desse modo, a frequência do

assunto por essa perspectiva se repete na maioria dos livros, assim se tem uma relação dessa categoria sobre um viés histórico e sociológico.

Percebe-se com frequência os movimentos sociais tradicionais caracterizados pelo mundo do trabalho onde é retratado a classe trabalhadora no geral, o movimento operário, movimento sindical, a presença de greves e paralisações trabalhistas também é apontada, são apresentadas as mobilizações mais atuais como greve dos caminhoneiros ocorrida em 2018 no Brasil bem como a greve dos motoristas de aplicativos em 2021.

Os movimentos estudantis também estão presentes entre a maioria dos livros analisados, entre suas reivindicações é abordado o protagonismo juvenil dos estudantes ocorridos em outros países como na França e a Primavera de Praga. Com relação ao Brasil é abordado as manifestações estudantis a partir da ditadura militar, bem como é trago em contexto mais atual contra os cortes de verbas na educação e contra o aumento de tarifas nos ônibus trazendo exemplo do Movimento Passe Livre, ademais por melhores condições no ensino público.

Os movimentos sociais relacionados a gênero e sexualidade são pautas que também aparecem com frequência, sendo discutidas na perspectiva dos direitos e conquistas das mulheres e suas pautas de reivindicação contra a desigualdade de gênero, dentro dessa categoria também se encontra os movimentos protagonizados por mulheres negras, ademais pautas reivindicatórias pela diversidade através do movimento LGBTQI+.

O movimento negro também aparece com frequência, no qual é retratado sua luta contra o racismo estrutural presente na sociedade, as desigualdades sociais e econômicas que existem, bem como os atos de violência vivenciadas pelo grupo, a história do movimento também é retratada desde a colonização e as reivindicações liderada por negros escravos.

Os movimentos étnicos protagonizados por povos de comunidades tradicionais, como o movimento indígena e quilombola aparecem com assiduidade na maioria dos livros, onde é pontuada a história desses povos e suas manifestações, no entanto, essa abordagem ocorre de maneira sucinta aparecendo em trechos e algumas imagens, quando aparecem ambos os movimentos são retratados a partir da história do Brasil, período esse que tanto indígenas quanto negros escravos eram explorados, desse modo é frequente o conteúdo contemplar as manifestações pela defesa de seus territórios e preservação de suas culturas.

Os movimentos agrários e por moradia aparecem com frequência, dentre os que contemplam o conteúdo está o movimento dos trabalhadores sem-terra (MST), suas pautas reivindicatórias aparecem em algumas imagens e em trechos das obras, os movimentos urbanos por direito à moradia aparecem atrelados aos conteúdos sobre desigualdade social e direitos humanos, no entanto, com poucas abordagens.

O movimento ambientalista quase não é falado, dentre os livros analisados apenas um aborda as ações do movimento, no qual traz em seu conteúdo a origem e objetivos que permeiam a sua atuação, assim recorrendo a imagens para explicá-lo.

Os movimentos em redes e ciberativismo também são pouco abordados, apenas dois livros os abordam, no entanto, não há uma discussão aprofundada sobre o conteúdo, onde se percebe mais uma vez apenas trechos para explicar como surgiu e sua maneira de organização.

5.4 Adequação a idade mínima

Durante a análise não foi encontrada incoerências sobre esse aspecto, desse modo os livros analisados apresentam conteúdo satisfatório bem como adequado ao público.

5.5 Atividades propostas

A maioria das atividades propostas nos livros analisados são de cunho interpretativo, em que o aluno deve identificar a partir do conteúdo e em trechos do texto o pensamento do autor ou relacionar com algum movimento social, dentre as 60 atividades identificadas nos livros 30 são de cunho interpretativo, 5 atividades são de produção textual onde exige que o aluno busque articular o conteúdo a partir de seus conhecimentos, 8 atividades são de análises na maioria delas com imagens ou charges, 25 são atividades que trazem como proposta a investigação e o debate a partir da realidade do aluno, sendo estas em alguns casos divididas em grupo, com o objetivo de fazer com que os estudantes discutam com os colegas o entendimento sobre o conteúdo direcionado a um determinado movimento social, levando também como proposta em algumas atividades questões investigativas que motivam ao aluno a pensar a sua realidade, com questões, por exemplo: “Cite exemplos de manifestações populares ocorridos no seu estado, cidade ou bairro, explique o que está sendo reivindicado” “Você conhece ou participa de algum movimento social?”. ”.

As atividades de pesquisa estão presentes em quase todos os livros analisados, aparecendo a cada final do capítulo ou unidade, tendo como proposta inserir aos estudantes práticas na pesquisa por meio do conteúdo estudado. No que se refere aos livros que apresentam um capítulo específico para o conteúdo de movimentos sociais as atividades de pesquisa no livro costumam apresentar características semelhantes, como, por exemplo, o livro “Ser protagonista: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: cidadania e ética” a atividade de pesquisa propõe ao estudante escolher um movimento social no qual foi apresentado no decorrer dos

capítulos e investigar informações em sites, jornais ou revistas, característica essa parecida com a atividade proposta no livro “Palavras de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: mundo em rede: democracia, cidadania e direitos”, que insere como exercício analisar os movimentos sociais nas mídias tradicionais.

Essas semelhanças nas atividades também se encontram nos livros em que o conteúdo de movimentos sociais aparece como transversal, é possível identificar ainda que em poucos exercícios que versam sobre os movimentos, se nota praticamente a mesma lógica de atividades que exigem ao estudante interpretar frases, relacionar os movimentos sociais do passado e presente e análises de imagens que aparecem em determinada manifestação.

5.6 Potencialidades e limites

A partir das investigações percebe-se que as obras analisadas demonstram como potencialidade informações importantes sobre o conteúdo, há uma preocupação em contextualizar a história dos movimentos sociais, ademais descrevem suas características, o modo como se organizam bem como as formas de ativismos e manifestações em diferentes contextos históricos da sociedade. Além disso, o debate sobre o conteúdo perdura em outros temas relacionados ao conteúdo humanidades, assim identifica-se a abordagem dos movimentos sociais relacionados a assuntos sobre gênero, preconceito étnico-racial, mundo do trabalho, desigualdades sociais, dentre outras temáticas pertinentes ao ensino de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Se tratando das limitações encontradas nos livros didáticos foram identificadas a ausência de autores que pudessem contemplar as dicções sobre o conteúdo, entre as obras investigadas apenas três livros trazem em suas abordagens dicções à luz de teorias que tratam os movimentos sociais, articulando as ideias entre autores clássicos e contemporâneos, nesse sentido os autores poderiam ser melhor explorados para haver uma conexão mais expressiva com o tema, assim contribuindo aos estudantes obterem mais clareza sobre o conteúdo.

Outro ponto é ausência de alguns movimentos sociais, nos quais poderiam ser melhor abordados, embora os livros didáticos explorem o conteúdo, no entanto, há uma falta de contextualização em dados momentos, onde é feito somente o uso de imagens e trechos para a explicação de uma determinada manifestação, diante disso torna-se importante a discussão e presença dos movimentos sociais pois ter conhecimento sobre esse fenômeno é significativo na formação do aluno.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo trouxe como reflexão o tema sobre o conteúdo de movimentos sociais nos livros didáticos, a temática tornou-se necessária a partir do fato que os movimentos sociais se constituem como fenômenos de conhecimento, pois permitem aos sujeitos o exercício da reflexão sobre as estruturas da sociedade, os tornando indivíduos conhecedores de seus direitos e deveres. Tornou-se assim relevante compreender como o conteúdo de movimentos sociais está sendo abordado nos livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais aplicadas aprovados no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD-2021). Tais concepções foram atendidas através de ações específicas nas quais buscou-se identificar o conceito de Movimentos Sociais nos livros didáticos; entender quais autores estavam sendo abordados no livro para a compreensão dos Movimentos Sociais e discutir os limites e potencialidades que poderiam existir no conteúdo.

Nessa perspectiva, a partir dos dados obtidos, observou-se que os livros analisados tendem a abordar os movimentos sociais como ações coletivas que exercem transformações sociais e políticas na sociedade, que se articulam de modo efetivo com a cidadania e democracia, além de que, em alguns livros nota-se a definição dos movimentos sociais como agentes de conquistas dos direitos civis, políticos e sociais.

Em alguns livros como “Ciências humanas: ética, cultura e direitos” e “Humanitas: política e mundo do trabalho” o conteúdo é atrelado a outros temas como questões raciais, de trabalho e gênero, ademais entre as obras investigadas se observa que há um resgate dos processos históricos para explicar a atuação e organização dos movimentos sociais, demonstrando assim a sua relação com o tempo e espaço.

Consideram-se os objetivos propostos na pesquisa alcançados, ainda que o conteúdo apresente algumas limitações, os livros apresentam informações importantes e fundamentais ao discorrer sobre o tema, sendo estas características necessárias para a desconstrução dos movimentos sociais como atos de marginalização, assim revelam a importância do conteúdo para a sociedade bem como para o ensino de Sociologia.

Diante dos dados fornecidos, conclui-se que o trabalho contribui para a sociedade entender como os livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas apresentam o conteúdo de movimentos sociais, além da relevância do conteúdo para as aulas de Sociologia, e o modo em que se constituem como campos de saberes e aprendizado.

No que tange a limitação do trabalho, houve ausência de informações sobre o conteúdo propriamente dito, o que acabou dificultando na organização dos dados, como sugestão para

pesquisas futuras propõe-se entender o conteúdo a partir da relação do livro e a maneira como ele é abordado na sala de aula pelos docentes.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Cláudia Pereira de. **A difusão do conhecimento como prática emancipatória:** estudo sobre a prática docente em Sociologia na escola pública do estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro – RJ, 2003.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação:** noções práticas. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- ANDRADE, Nayara Carla de. **A resistência do movimento estudantil na ditadura militar brasileira.** UNIFACIG, 2019.
- ARAÚJO, Silvia Maria de; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. **Sociologia.** Volume único. Ensino médio. 1 ed. São Paulo: Scipione, 2013.
- ARROYO, Miguel. **Pedagogias em movimento:** o que temos a aprender dos movimentos sociais? Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 28-49. Belo Horizonte, 2003.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições Setenta, 1977.
- BARROS, Celson Rocha de. Et al. **Sociologia Hoje.** 2ª edição. São Paulo: Ática, 2016.
- BATISTA, Antônio A. G. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, Márcia (org): **Leitura, história e história da leitura.** Campinas/São Paulo: Associação de leitura do Brasil/FAPESP, 2002.
- BATISTA, Maria. Educação popular em movimentos sociais: construção coletiva de concepções e práticas educativas emancipatórias. **Reunião Anual da Anped**, v. 28, p. 13, 2005.
- BITTENCOURT, Circe M. F. Em foco: história, produção e memória do livro didático. **Revista Educação e Pesquisa.** v. 30, nº 3. São Paulo: EDUSP. Set/dez. 2004.
- BOMENY, Helena; FREIRE-MEDEIROS, Bianca; EMERIQUE, Raquel Balmant; O'DONNELL, Julia Gali. **Tempos modernos, tempos de sociologia:** ensino médio. Volume único. 2 ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2013.
- BRAICK, Patrícia Ramos. Et al. Moderna Plus: **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas:** globalização, emancipação e cidadania. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2020.
- BRASI. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, 21 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 10 jan. 2023.
- BRASIL, Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985. **Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 20 de agosto, 1985. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D91542.htm. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 3178 de 1997. **Altera dispositivos do art. 36 Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases na educação nacional.** Brasília, 1997. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:camara.deputados:projeto.lei;pl:1997;3178>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017. **Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático.** Diário Oficial da União, Brasília, 19 de julho, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9099.htm. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938. **Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático.** Diário Oficial da União, Brasília, 30 de dezembro, 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. **Guia de livros didático: PNLD 2012: Sociologia.** Brasília: Ministério da Educação, 2011. Disponível em: <https://www.fn-de.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-pnld/item/2988-guia-pnld-2012-ensino-m%C3%A9dio>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. **Guia de livros Didáticos: PNLD 2015. Sociologia.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014. Disponível em: <https://www.fn-de.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-pnld/item/5940-guia-pnld-2015>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. **Guia digital PNLD 2021 projetos integradores e projetos de vida.** Brasília, 2020. Disponível em: https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2021_proj_int_vida/inicio. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 7.044 de 18 de outubro de 1982. **Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau.** Diário Oficial da União, Brasília, 1982. Acesso em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7044.htm. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008. **Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.** Diário Oficial da União, Brasília, 3 de junho, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, 12 de fevereiro, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, 20 de dezembro, 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 11 de agosto, 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2018: Sociologia - guia de livros didáticos - Ensino Médio,** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-pnld/item/11148-guia-pnld-2018>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Orientações curriculares para o ensino médio.** vol. 3: Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Portaria nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018. **Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio.** Diário Oficial da União, Brasília, 2018. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-MEC-1432-2018-12-28.pdf#:~:text=PORTARIA%20N%C2%BA%201.432%2C%20DE%2028%20DE%20DEZE%20MBRO%20DE,conforme%20preveem%20as%20Diretrizes%20Nacionais%20do%20Ensino%20M%C3%A9dio>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CAIMI, Flávia Eloisa. Sob nova direção: o PNLD e seus desafios frente aos contextos políticos-educativos emergentes. **Revista História Hoje**, vol. 7, nº 14, p. 21- 40. Rio Grande do Sul, 2018.

CASTELLS, M. **O Poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTE, Laís S.R. **Os novos movimentos sociais e sua articulação em rede.** Universidade Federal do ABC - (UFABC), 2015.

CIGALES, Marcelo Pinheiro; OLIVEIRA, Amurabi. **Aspectos metodológicos na análise de manuais escolares:** uma perspectiva relacional. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 20, n. 1, 2020.

COAN, Marival. **A Sociologia no Ensino Médio, o material didático e a categoria trabalho.** 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006

DALMAGRO, S.L. **Movimentos Sociais e Educação:** uma relação fecunda. Curitiba, 2016.

ENGERROFF, A.M.B. **Mapeando a produção sobre o livro didático de sociologia:** um estado da arte no campo acadêmico brasileiro. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

FARIA, Ana Lúcia G. de. **Ideologia no livro didático**. 15ª ed., São Paulo: Cortez, 2005.

FEIJÓ, Fernanda. **A Sociologia contemporânea na sala de aula: (ré)pensando algumas perspectivas para o ensino das ciências sociais no ensino médio**. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – UNESP, 2012.

FERNANDES, Valéria D.C. **Sociedade em rede e os movimentos sociais: o caso do Movimento Passe Livre**. Revista Vernáculo nº 37 – 1º semestre, 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GÓES, Laura Montenegro. **Reflexões acerca do livro didático de Sociologia no ensino médio: um estudo de caso do antes e depois do PNLD 2012**. Monografia (Graduação em Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

GOETTEMES, Arno Aloísio. Et al. **Palavras de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Mundo em rede: democracia, cidadania e direitos**. 1. ed. São Paulo: Palavras Projetos Editoriais, 2020.

GOIRAND, Camille. **Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada**. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 22, p. 323-354, 2009.

GOHN, M.G. **Movimentos pela educação no Brasil**. Crítica Educativa, vol. 2, n. 1, p. 9-20, Sorocaba, 2016.

GOHN, M.G. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **500 anos lutas sociais no Brasil: Movimentos sociais, ONGs e terceiro setor**. Rev. Mediações, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan./jun. 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos Participativos**. Investigar em Educação - IIª Série, Número 1. Campinas, 2014.

GOHN, Maria da Glória. **A produção sobre movimentos sociais no Brasil no contexto da América Latina/The production on social movements in Brazil in The Latin America context**. Política & Sociedade, v. 13, n. 28, p. 79, 2014.

GORCEZEVSKI, Clovis. e MARTIN, Núria Belloso. **A necessária revisão do conceito de cidadania: movimentos sociais e novos protagonistas na esfera pública democrática**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

GUELF, W.P. **A sociologia como disciplina escolar no ensino secundário brasileiro: 1925-1942**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

JENSEN, Karl. **Teses sobre os Movimentos Sociais**. Revista Marxismo e Autogestão, ano 01, N. 01, 2014.

JUNIOR, Alfredo Boulos. Et al. **Multiversos: ciências humanas: ética, cultura e direitos**. 1. ed. São Paulo: FTD, 2020.

LIMA, Maciel. et al. **A reforma do Ensino Médio do governo Temer: corrosão do direito à educação no contexto de crise do capital no Brasil**. Revista Brasileira de Educação v. 23. Espírito Santo, 2018.

LOBATO, Anderson O.C. e WIENKE, Felipe Franz. **Movimentos em rede e movimentos tradicionais: perspectivas e inovações da análise da teoria dos movimentos sociais**. Juris, Rio Grande, v. 21: p. 97-118, 2014.

LUCAS, D. C. Os novos movimentos sociais contribuindo para a afirmação democrática do direito e do estado. **Revista Direito em Debate**, [S. l.], v. 15, n. 25, 2013. DOI: 10.21527/2176-6622.2006.25.

MAÇAIRA, Julia Polessa. **As três gerações de livros didáticos de sociologia no Brasil (1920-2016)**. Em Aberto, Brasília, v. 34, n. 111, p. 93-111, maio/ago. 2021.

MACHADO, Jorge Alberto S. **Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais**. Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jul./dez. 2007, p. 248-285.

MACHADO, O. **O ensino de ciências sociais na escola média**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

MACHADO, Igor José de Renó; AMORIM, Henrique; BARROS, Celso Rocha de. **Sociologia hoje**. Volume único. Ensino Médio. 1 ed. São Paulo: Ática, 2013.

MEDEIROS, B.F. Et al. **Tempos Modernos, Tempos de Sociologia**. 3ª edição. São Paulo: Editora do Brasil, 2016.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. p. 49-66, 1989.

MEUCCI, Simone. **A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, 2000.

MEUCCI, Simone. Notas sobre o pensamento social brasileiro nos livros didáticos de sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 2, p. 209, 2014.

MEUCCI, Simone. **Os livros didáticos da perspectiva da sociologia do conhecimento: uma proposição teórico-metodológica**. Curitiba, 2020.

MEUCCI, Simone. **Sobre a rotinização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas**. Mediações, Londrina, vol. 12, n.1, p. 31-66, jan./jun. 2007.

MOTIM, B. L. Et al. **Sociologia**. São Paulo: Editora Scipione, 2016.

NOGUEIRA, Alexandre Peixoto Faria; DOS SANTOS, Francisco Kennedy Silva. **Educação, territorialidades e movimentos sociais**: uma análise da dimensão educativa dos movimentos sociais. Revista GeoSertões (Unageo/CFP-UFCG). vol. 3, nº 5, jan./jun. Cajazeiras–PB, 2018.

OLIVEIRA, Amurabi Pereira de. Ensino de Sociologia: desafios epistemológicos para o Ensino Médio. **Revista Espaço Acadêmico** - nº 119 – abril 2011.

OLIVEIRA, Amurabi; OLIVEIRA, Evelina Antunes F de. Os processos de institucionalização da sociologia na escola secundária (1890-1971). In: SILVA, Ileizi Fiorelli; GONÇALVES, Danyelle Nilin (org.). **A sociologia na educação básica**. São Paulo: Annablume, 2017. 19-36.

OLIVEIRA, Amurabi Pereira de. **Ensino de Sociologia na educação básica**: expansão, retrocessos e perspectivas. Brasília, 2021.

OLIVEIRA, L. Fernandes de; COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. **Sociologia para jovens do século XXI**. 3 edição. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013.

OLIVEIRA, L.F.de. Et al. **Sociologia Para Jovens do Século XXI**. 4 edição. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.

PERUCCHI, Luciane. **Saberes Sociológicos nas escolas de nível médio sob a ditadura militar**: os livros didáticos de OSPB. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

SANTOS, Jordana Souza de. **A atuação das tendências políticas no movimento estudantil da Universidade de São Paulo (USP) no contexto da ditadura militar dos anos 70**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. **Museu e educação**: conceitos e métodos. Ciências & Letras, p. 307-323, 2001.

SARANDY, F. **A sociologia volta à escola**: um estudo dos manuais de sociologia para o ensino médio no Brasil. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. **O caráter dos novos movimentos sociais**. In: Uma revolução no cotidiano? SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (Orgs.). São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais no mundo multicultural**. Katálisis v.8, n.1, Florianópolis, 2005.

SILVA, J. L. L. Princípios educativos do MST: estratégias e caminhos para uma formação contra- hegemônica. In: SANTOS, A. R.; SILVA, G. J.; OLIVEIRA, J. M. S.; COELHO, L. A. (Org.). **Movimentos sociais e educação: políticas e práticas**. Ilhéus-BA: Editus, 2019, p. 57-72.

SILVA, Maria do Socorro. Da raiz à flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa**: questões para reflexão. Brasília, DF: MDA, 2006. p. 60-93.

SILVA, Ronnie Cassio Coelho; DO NASCIMENTO, Elaine Ferreira. **Movimento estudantil numa perspectiva freiriana**. Revista Ciência & Saberes-Facema, v. 4, n. 1, p. 896-901, 2018.

SILVA, Afrânio. Et al. **Sociologia em Movimento**. 1 edição. São Paulo: Moderna, 2013.

SILVA, Afrânio. Et al. **Sociologia em Movimento**. 2 edição. São Paulo: Moderna, 2016.

SOUSA, Jaqueline Marinho de. **Contribuições do PNLD ao ensino de Sociologia: análise dos guias de livros didáticos**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2020.

SOUZA Flávio Manzatto. Et al. **Ser protagonista: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: cidadania e ética**. 1. ed. São Paulo: edições SM, 2020.

STRECK, Danilo R. **Práticas educativas e movimentos sociais na América Latina: aprender nas fronteiras**. Série-Estudos - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB.Campo Grande-MS, n. 22, p. 99-111, jul./dez. 2006.

TELES, Gabriel. Para uma análise marxista dos movimentos sociais: contribuições de Karl Jensen e Nildo Viana. **Revista Despierta**, Ano 04, N. 04, 2017.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o ensino médio**. Volume único. 3 ed. São Paulo: 2013.

VAINFAS, Ronaldo. Et al. **Humanitas: diversidade, cidadania e direitos humanos**. 1. ed. São Paulo: Saraiva Educação. 2020.

VAINFAS, Ronaldo. Et al. **Humanitas: política e mundo do trabalho**. 1. ed. São Paulo: Saraiva Educação. 2020.

VANDEN, H. E. Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST. **Revista Nera**, [s. l.], n. 14, p. 63–71, 2009.

VIANA, Nildo. Os objetivos dos movimentos sociais. **Revista Movimentos Sociais**. Vol. 01, num. 01, jul./dez. 2016

VICENTINO, Cláudio. Et al. **Diálogo em Ciências Humanas: construção da cidadania**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2020.

VICENTINO, Cláudio. Et al. **Diálogo em Ciências Humanas: convívio democrático**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2020.

ZANARDI, G.S. De Benjamin Constant à Lei 11.684/08: uma breve trajetória das tentativas de inclusão da disciplina sociologia no currículo da escola brasileira. In: **Sociologias Plurais**, v.1, n.2, 2013.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia da Pesquisa**. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2011.